



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)
CAMPUS ERECHIM
RIO GRANDE DO SUL
CURSO DE AGRONOMIA**

**A ESTRATÉGIAS SOCIOPRODUTIVAS DE CASAL ECOLOGISTA NO
TERRITÓRIO DE DOMÍNIO DO AGRONEGÓCIO, UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA – RS.**

**PONTÃO- RS
2019**

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Passos, Anna Carolina Teixeira dos

A estratégia socio produtiva de um casal ecologista no território de domínio do agronegócio, um estudo de caso no município de Cruz Alta - RS / Anna Carolina Teixeira dos Passos. -- 2019.

65 f.:il.

Orientador: Doutor Vanderlei Franck Thies

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Bacharelado em Agronomia, Erechim, RS, 2019.

1. produção de alimento, cestas, comercialização direta, agronegócio. I. , Vanderlei Franck Thies, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

ANNA CAROLINA TEIXEIRA DOS PASSOS

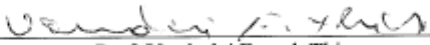
**“A estratégia sócio produtiva de um casal ecologista no território de domínio no agronegócio,
Cruz Alta, RS”**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de
Bacharel em Agronomia da Universidade Federal da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Vanderlei Franck Thies

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em 28/11/2019.


Banca examinadora:



Prof. Vanderlei Franck Thies



Prof.ª Cláudia Petry



Prof. Ulisses Pereira de Mello

Dedicatória

Dedico a quem pretender transformar
O que nos toma o primor de uma vida digna
A quem se atrever a anunciar a liberdade
Dedico a tudo que me fez ser quem sou

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais que se dedicaram incansavelmente para que chegasse até aqui, as minhas amigas, irmãs, amigos e irmãos que juntas (o) batalhamos cada letra escrita deste singelo e expressivo documento. Também a casa do Mel que tornou a trajetória mais leve, mais alegre e festiva, aos demais colegas da Turma Ana Maria Primavesi. Ao Instituto Educar e sobre tudo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST pela oportunidade de conquistar uma excelente formação de ensino superior negada historicamente a classe trabalhadora deste País, por terem como parte de um projeto de nação soberana e justa, a educação a todos e todas. Aos meus professores e professoras, também meus sinceros agradecimentos e um enorme muito obrigada ao meu orientador. E por fim ao casal Ecologista, um ponto fora da curva, a utopia que inspira, ousados e determinados na produção de alimentos, respeito e cuidado com a mãe natureza pensando no cuidado da casa comum, o Planeta Terra.

Epifagre

Resumo

A territorialização do agronegócio no Brasil tem contribuído significativamente para a redução das áreas plantadas com alimentos destinados ao abastecimento alimentar do País, principalmente com a expansão de cultivos para exportação.

Este fato tem origem na mundialização do capital e, na agricultura, advém da ampliação de cultivos direcionados ao mercado de commodities ou para energia. Ou seja, verifica-se grande parte da terra utilizada para produção de mercadorias globalizadas, ameaçando à soberania alimentar dos territórios, como acontece no município de Cruz Alta (RS) com a sojicultura.

Diante disso, este trabalho teve como objetivo identificar as estratégias socioprodutivas de um casal ecologista num contexto de domínio do agronegócio no referido município.

Foi realizado um estudo de caso com aplicação de questionário semi estruturado e observação participante. Pode-se observar que a produção ecológica assim como a comercialização em canais curtos são as principais estratégias do casal.

Em específico, e na materialidade, a estratégia consiste na comercialização de cestas a domicílio num conjunto de 130 consumidores fixos. Estas cestas têm se apresentado como ferramenta importante de manutenção destes produtores de alimentos assim como a garantia de preços justos.

Palavras chaves: produção de alimento, cestas, comercialização direta, agronegócio

Listas de Siglas

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ANVISA- Agência Nacional de Vigilância Sanitária

ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CC – Canais Curtos

CEASA – Centro Abastecimento

COOTRICRUZ – Cooperativa Tritícola de Cruz Alta

CRF – Casa Rural Familiar

EFAS – Escola Familiar Agrícola

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PARA – Programa Análise de Resíduos de Agrotóxicos

PIB – Produto Interno Bruto

POA – Porto Alegre

PR – Paraná

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RS – Rio Grande do Sul

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos	31
Figura 2 - Características comuns observadas em circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos (Brasil e França)	33
Figura 3 - Localização de Cruz Alta - RS	34
Figura 4 - Área (há) plantada de cultivos anuais: batata doce, feijão, mandioca, trigo e soja .	38
Figura 5 - Cordão Vegetal na unidade produtiva de Orgânicos Kiriê	42
Figura 7 - Cobertura do solo com palhada	43
Figura 6 - Palhada sob canteiros de morango.....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
PROCESSOS METODOLÓGICOS	15
1 CRUZ ALTA, HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO	17
2 MARCO TEÓRICO.....	21
2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	21
2.2 A ORIGEM DA MODERNIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL	25
2.3 DA CRÍTICA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA E MERCADOS ALTERNATIVOS.....	27
3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A NÃO PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA.....	34
4 ENTREGA DE CESTAS A DOMICÍLIO E A AGRICULTURA ECOLÓGICA COMO ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS AO CONTEXTO DE DOMÍNIO DO AGRONEGÓCIO	41
4.1 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E TÉCNICAS ECOLÓGICAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO.....	41
4.2 TRAJETÓRIA ECOLÓGICA DO CASAL ROMI SCHNEIDER E VALDIR LUCHMANN.....	43
4.3 TRAJETÓRIA DA UNIDADE PRODUÇÃO E AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO DO ENTORNO.....	45
4.4 BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS E PREPARAÇÃO DAS CESTAS.....	47
5 DISCUSSÃO	49
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
APÊNDICES	57
ANEXOS.....	62
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

A expansão do Agronegócio sobre a América Latina origina-se com a chamada Revolução Verde na década de 1960. A Revolução Verde foi o somatório de esforços na área da pesquisa agrícola, principalmente nos Estados Unidos, em desenvolver o máximo rendimento de culturas, que futuramente tornam-se a base alimentar do planeta, reduzindo a segurança alimentar de muitos povos, a partir do uso intensivo de insumos químicos, máquinas agrícolas e industrialização dos alimentos.

No Brasil, historicamente notabilizado por desigualdades e profundamente marcado pelo latifúndio, além de modelos cíclicos de produtos para exportações ao longo da história, se evidencia um processo concentrador de terras, exploratório e excludente.

O setor agroalimentar é caracterizado pela concentração da produção e distribuição de alimentos em grandes empresas transacionais assim como o conjunto de elementos tecnológicos. A demanda por alimentos neste setor se deslocou para a produção desenfreada de soja para atender a diversos mercados de exportação. No entanto, a expansão da sojicultura no Brasil, tem elevado a concentração de terras, do poder político e econômico, a contaminação ambiental e, sobretudo, a exclusão de produtores de base camponesa dedicados a produção de alimentos e ao mercado interno.

A modernização da agricultura brasileira não foi um processo pensando de forma endógena ou parte de um programa nacional para atender as necessidades da sociedade e de acordo com a realidade rural brasileira, mas sim um projeto, principalmente, norte americano, afim de consolidar novos mercados multinacionais para venda de tecnologias destinadas a produção.

Na Região Noroeste do Rio Grande do Sul (RS), no Município de Cruz Alta, o processo da modernização conservadora não foi diferente. O município tem lugar de destaque na produção de soja, sendo o terceiro maior produtor estadual de soja. Essa produção está orientada para exportação, uma vez que o município tem sua estrutura local voltada a atender a produção e comercialização deste grão. Como já caracterizado no estudo de Campos (2011), Cruz Alta constitui-se como território do agronegócio, uma vez que, neste município, majoritariamente, o controle do circuito superior da economia tanto na área rural como urbana cabe aos setores do Agronegócio. Aspectos como a uniformização da paisagem com extensões de monocultivos, geralmente a soja, não se podendo diferenciar pequenas, médias e grandes propriedades agrícolas, além da padronização da tecnologia e técnica agrícola utilizada no processo de

produção e controle das estruturas de armazenagem e comercialização da produção agropecuária do município são características identificadoras dos territórios do agronegócio.

Com isso, identificam-se consequências do monocultivo de soja em meio a modernização conservadora, como a concentração de terras, aumento do uso de agrotóxicos e exclusão de inúmeros agricultores que não puderam se adequar ao modelo geral da agricultura modernizada. Outro aspecto relevante diante do contexto da sojicultura é a padronização da paisagem, significando a redução dos policultivos, da presença de agricultura para autoconsumo e também agricultura para atender o mercado local, agricultura essa com capacidade de dinamizar a economia local, capaz de produzir alimentos saudáveis e encurtar as cadeias produtivas, mantendo a renda gerada no município e região.

Nesse contexto emerge a produção agroecológica como uma alternativa a esse modelo assim como a construção de rede de mercados diferenciados afim de viabilizar produções distintas das convencionais, cuja distinção se dá a partir da qualidade dos alimentos, processos produtivos e de comercialização fora do formato convencional, sem o uso de agrotóxicos e outros insumos sintéticos.

A construção de rede alimentares alternativas compreende a demanda atual da necessidade de oferecer produtos diferenciados a consumidores com predileções a alimentos de qualidade e sobretudo sem a carga de agroquímicos.

Esta conexão entre agricultores e produtores possibilita a formação de cadeias curtas agroalimentares baseadas na confiabilidade do processo produtivo. A agregação de valor nos produtos de origem agroecológica e trabalho de base familiar permite aos agricultores uma remuneração capaz de contribuir com permanência do trabalho familiar no meio rural.

Assim a agroecologia e as redes curtas de comercialização são alternativas ao modelo atual se referenciando como estratégias socioprodutivas ao cenário de desenvolvimento do agronegócio no município de Cruz Alta.

Diante do contexto do agronegócio com foco produtivo em monocultivos destinados à exportação de commodities, concentração de terra e uso intensivo de insumos sintéticos, aos olhos da pesquisadora, surge a motivação do estudo: como produzir alimentos de qualidade em territórios cujo desenvolvimento rural está aplicado a lógica de mercado exportador e não para produção de alimentos destinados à população local? E portanto, no panorama geral, frente modelo de desenvolvimento agrário do município, quais são as estratégias socioprodutivas da família ecologista para produção de alimentos ecológicos?

O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar as estratégias socioprodutivas de um casal ecologista diante de um contexto não favorável a produção de alimentos livres de

agrotóxicos e comercialização direta. Os objetivos específicos foram descrever a trajetória de vida, a narrativa ecológica e as motivações de produzir de forma agroecologia; caracterizar a produção para comercialização e autoconsumo; identificar as estratégias de comercialização e os desafios e limites para a agroecologia em um território do agronegócio.

Nesta pesquisa foi realizado estudo de caso junto ao casal de agricultores ecologistas no município de Cruz Alta (RS). A coleta de dados se deu através de observação participante e questionário semiaberto bem como registros em caderno de campo nos meses de abril e setembro de 2019. Na seção seguinte apresenta-se a metodologia do estudo.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada de um estudo de caso, que consiste em investigar através de ferramentas como entrevistas, observação participativa e caderno de campo as motivações da produção agroecológica e organização coletiva de uma determinada família num contexto de domínio do agronegócio. Busca-se observar e entender a escolha da família pela agroecologia e sua sobrevivência no contexto do monocultivos e baixa produção de alimentos.

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representações numéricas, sua essência está centrada na compreensão de um grupo social ou organização. Sua utilização se dá principalmente em pesquisas destinadas a interpretar a vida social e, portanto, não se aplica um único método, o qual, ao final se possa quantificar os resultados. Diferente da pesquisa quantitativa ela trabalha na subjetividade sem que o pesquisador faça julgamentos ou imponha suas crenças e valores ao que está sendo pesquisado.

A totalidade e o contexto são premissas importantes à pesquisa qualitativa visto que se investiga a dinâmica social de determinado grupo (s) ou experiências individuais humanas. A abordagem qualitativa não é matemática e se pauta na subjetividade da interpretação dos dados coletados como também busca de forma holística explorar o contexto social de determinado grupo ou experiência individual gerando novas informações e interpretações daquilo que se pesquisa.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de *descrever*, *compreender*, *explicar*, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas interações teóricas e seus dados empíricos, busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto ao que defende um modelo único de pesquisa a todas as ciências.” (GERHARTD e SILVEIRA, 2009).

O estudo de caso é uma ferramenta de investigação de uma situação individual ou coletiva, algo bem definido e delimitado, se tratando tanto de grupos sociais (Cruz Alta Agroecológica), instituições (Escolas), partidos, programas (Fome Zero) entre outros exemplos.

Busca desvelar com acurácia entendendo como e por que se dá uma determinada situação, supondo-se que a mesma possuiu características singulares que a tornam única em

muitos aspectos, procurando descobrir o que há de mais essencial e característico, portanto, caracterizando-se assim um estudo de caso.

Como esforço de pesquisa, o estudo de caso contribuiu, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos. Não surpreendentemente, o estudo de caso vem sendo uma estratégia comum de pesquisa na psicologia, na sociologia, na ciência política, na administração, no trabalho social e no planejamento (YIN, 2001).

Os instrumentos de coleta de dados escolhidos para a presente pesquisa foram a entrevista e observação participante com registro em diário de campo somado a revisão bibliográfica do tema em estudo.

O casal ecologista Ludckman e Schneider é composta por duas pessoas, um homem e uma mulher, em que ambos estão numa união estável. São trabalhadores do campo e produtores de hortaliças ecológicas. Portanto, são sujeitos possuidores de conhecimentos específicos, adquiridos principalmente pela experiência cotidiana de fazer agricultura. A entrevista é uma técnica de coletas de dados comumente utilizada no âmbito das áreas da pesquisa social e pode ser considerada uma forma de interação social entre o investigador e o investigado. O investigador formula perguntas que visam descobrir, explorar e levantar informações sobre a realidade pesquisada. Ela também pode ser usada com o propósito de obter diagnósticos e orientações.

Enquanto técnica de coletas de dados, a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes (GIL, 1999).

As coletas de dados foram realizadas durante ida a campo, por vários dias conforme determinado pelo casal, nos meses de abril e setembro de 2019, junto ao casal ecologista no município de Cruz Alta, na unidade de produção, localidade Novo Horizonte. As ferramentas para as coletas foram: através de entrevista semiaberta com 29 questões, observação participante a qual a autora contou com diário de campo registrando impressões e o cotidiano vivenciado do casal na produção e preparação dos alimentos para comercialização, assim como registros fotográficos para melhor exemplificar os dados coletados.

1 CRUZ ALTA, HISTÓRIA E CARACTERIZAÇÃO

O processo de ocupação e povoamento do território onde atualmente está situada Cruz Alta, remonta aos séculos XVI e XVII, período das disputas pelo território entre portugueses e espanhóis. Após a consolidação da conquista portuguesa do território, se constitui por duas vias, a política de sesmaria e a colonização do território por imigrantes europeus através da apropriação de terras devolutas ou ainda terras de mato, as quais estavam sob a posse de negros, caboclos, bugres, indígenas e paraguaios.

Com a conquista militar portuguesa das Missões, o comando militar concedeu títulos de sesmaria a seus soldados no intuito de fixar o elemento português na defesa da região. O povoamento da Zona de Cruz Alta se alicerça na grande propriedade, principalmente por volta de 1810. (ALÉSSIO, 1981, p.37)

A cidade de Cruz Alta tem sua origem ligada ao comércio de muares e durante muito tempo foi passagem de tropeiros que conduziam e realizavam o comércio de mulas até o estado de São Paulo, ligando a região Sul, precisamente o Rio Grande do Sul e região de Cruz Alta, ao centro econômico do país através da pecuária. Sua fundação como município ocorreu no ano de 1834.

Assim descreve Aléssio:

A história da fundação de Cruz Alta relaciona-se intimamente ao rico comerciantes de bestas, João José de Barros. Em 1815 trafegando animais da fronteira para Sorocaba, desviando o atual caminho por Viamão [...]. Com este caminho que encurtava a distância para Sorocaba, intensificou-se o comércio de bestas, via Cruz Alta. Converteu-se está no início em pouso obrigatório dos tropeiros (ALÉSSIO, 1981, p. 37)

Com a colonização do território do Rio Grande do Sul promovida pelo Governo Geral, ocupam-se as áreas de mato. No entanto, estas áreas de mato já estavam sob ocupação de negros, indígenas, bugres, paraguaios, porém, isto foi ignorado e as terras de mato vendidas, os posseiros tiveram de sair.

Os estancieiros venderam para a Colonizadora, as áreas de mata as quais, não utilizavam para a pecuária. A limitação tecnológica franqueava o estabelecimento de trabalhadores nacionais ou posseiros no interior das matas, voltadas para o cultivo de uma pequena lavoura de subsistência e a extração de erva mate. [...] A inserção da empresa de colonização Mayer, como um empreendimento de carácter capitalista, no comércio de terras de Cruz Alta, gerou conflitos. O trabalhador nacional, instalado até então nas zonas de mata, tolerado dentro de uma rede de relações de poder pessoal e local, foi obrigado a deixar seu rancho. (NEUMANN, 2003)

A política de imigração foi solidamente estimulada pelo Governo Geral, o qual, destacava inúmeras possibilidades para implantação de colônias na região de Cruz Alta com finalidade agrícola. Tais possibilidades estavam relacionadas ao espaço natural do território como a abundância de madeira com qualidade para construção e comercialização, a fertilidade dos solos e a extração da erva mate¹, já como participante principal da economia local.

Essa política de colonização implicava na retirada de moradores das áreas de mata que mesmo sem a propriedade da terra, faziam o uso da mesma para fins de reprodução social, por exemplo, com lavouras para o autoconsumo do núcleo familiar. Este fato já pressupõe a exclusão de pessoas ligadas a terra, porém, essas, não possuíam a propriedade – título formal – mas tinham a posse, ou seja, ocupavam e usavam essas terras. Por outro lado, a constituição dos emigrantes europeus como novos proprietários das áreas de mato contribuiu para uma nova configuração na estrutura fundiária da região, incluindo Cruz Alta. Aléssio mostra que:

A chegada de colonos que participam da formação de novos núcleos, possibilitou, já no final do século XIX, uma diferenciação na estrutura agrária da região, com a incorporação também de pequenas propriedades (ALÉSSIO, 1981, p.37).

O território de Cruz Alta e sua estrutura agrária se estabelecem, portanto, da política de Sesmaria, seguida da ocupação de terras devolutas. Este processo da formação do território de Cruz Alta, como destaca (ZARTH, 1997) ocorre lentamente de 1600 a 1894.

Um importante evento para o desenvolvimento do município ocorre em 1894, com a chegada da estrada de ferro, transformando-se num satélite regional com circulação de mercadorias e pessoas. Porém, a partir da década de 50, devido ao crescimento do transporte rodoviário houve diminuição no transporte ferroviário, o que antes conferia dinamismo a economia local visto que a estrada de ferro se constituía como principal fluxo de mercadorias e pessoas.

Na década de 1950 surgem uma rede de indústrias de expressão regional e estadual como as Indústrias Reunidas Marchinatti, Moinhos Riograndense (SAMRIG), Charqueadas, Fábricas de Cerveja, Fábrica de Fósforo Missões e Cooperativa de Banha entre outras. (FRONCHETI, 2014 apud BAIOSCHI, 1989)

¹ A erva mate, primeiro no povoado e em seguida na condição de município, participou ativamente da economia local constituindo como principal renda dos habitantes locais. Nos primeiros orçamentos de Cruz Alta, por meados do século XIX, a erva mate contribuía com aproximadamente 50% da arrecadação local. Um século após a expulsão dos jesuítas, ainda se exportavam, cinco mil toneladas de mate, proveniente principalmente do território das missões. Como atividade básica, para o município, vai até 1870 (ALÉSSIO, 1981, p.41).

Segundo Froncheti (2014) a partir da década de 50 até os dias atuais ocorreu um crescimento econômico com subordinação ao eixo Rio-São Paulo e depois ao Mercado Externo com o avanço da modernização da agricultura. Baiochi (1989) destaca que essa submissão se deu por dois fatores: a crise de 1929 e a 2ª Guerra Mundial, que trouxeram empecilhos em relação ao comércio exterior.

A nova indústria que se localizava no eixo Rio-São Paulo (1950-60) passou a conquistar, com seus produtos “modernos”, os mercados regionais da região de Cruz Alta. Com isso a precoce indústria regional perdeu sua funcionalidade. Muitas fecharam, outras faliram e a grande maioria foi incorporada pelo capital paulista ou de multinacionais. (FRONCHETI, 2014, p. 34)

Essas mesmas indústrias que floresceram na década de 50 são esgotadas levadas ao declínio, isso aconteceu paralelamente à modernização da agricultura, implantada pela Revolução Verde, estimulada pela introdução do trigo na década de 50 e posteriormente da soja na década de 1960 e 1970.

A modernização da agricultura foi fundamental a subordinação da economia agrícola ao mercado externo. A região de Cruz Alta foi um espaço adequado as modificações devido ao relevo apto a mecanização. Para além disso, haviam milhares de hectares de campo bruto, nas mãos de latifundiários, aptos a serem trabalhados pela modernização.

A nova forma de produzir, oriunda da modernização agrícola, altamente dependente do mercado externo ao final de década de 70 fora afetado pela crise econômica que atingiu o País, uma vez que o município de Cruz Alta já estava orientado economicamente para produção de monocultivos de grãos para exportação.

Enquanto esta nova lógica acontece para proprietários de terras mais capitalizados passíveis de comprar a tecnologia da nova agricultura, em meio composto por camponeses imigrantes, encontrava-se o contexto de êxodo rural, pois findava-se o ciclo de exploração das florestas, pelo desmatamento, originando terras esgotadas e degradadas.

A modernização gerou uma nova categoria de pessoas ligadas ao campo, não como os agricultores descendentes de imigrantes europeus e descendentes de negros e indígenas, mas sim uma categoria denominada por Zamberlam (1989) de Granjeiro. Destaca-se aqui pois este granjeiro não tem origem dos tradicionais colonos ou outros agricultores de base familiar (agricultores que utilizavam basicamente mão de obra familiar) mas industriais, comerciantes, profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados, juízes).

Este fenômeno de emergência de uma nova categoria social, que na prática são capitalistas que puderam adotar o pacote tecnológico da Revolução Verde tem relação intrínseca com o processo de modernização, o qual para (ZAMBERLAN e *et al.*, 1989) se dá

através de dois momentos, cujo primeiro encontra-se no período de 1950 e 1960 em que ocorre a exclusão dos chamados colonos, uma vez que não se adaptaram ao processo produtivo moderno, que envolvia financiamentos em bancos, máquinas e insumos de avançada tecnologia a época.

E o segundo momento, no qual acontece a absorção de alguns colonos ao processo produtivo moderno, adotando o pacote tecnológico da Revolução Verde. Mesmo assim este processo de inclusão de nova matriz produtiva é bastante seletivo, pois muitos foram expulsos do campo.

O governo oferece incentivos governamentais. Os granjeiros arrendam terras de pecuaristas, adquirem propriedades de colonos. É o período em que ocorre maior concentração de terra, fator que gerou expulsão pelo capital de colonos que vão para a periferia das cidades, com é o caso de Cruz Alta (ZAMBERLAN, e *et al.*, 1989, p. 76)

No capítulo seguinte a autora coloca a influência do sistema de crédito rural para a aplicação da modernização agrícola no estado do Rio Grande do Sul, principalmente na região norte e noroeste, portanto abrangendo Cruz Alta. (CAMPOS, 2011) destaca que: as cooperativas contribuíram garantindo assistência técnica, implantação de infraestrutura de armazenagem e comercialização, agroindústria e a prestação de vários serviços aos associados.

No entanto, nos anos 1990, com a abertura econômica resultando no acirramento da competição no setor alimentar e sobre tudo, da redução do apoio estatal, as cooperativas dão lugar as empresas privadas regionais, multinacionais e transacionais, desnacionalizando a economia e produção agrícola. Como coloca (CAMPOS, 2011) em Cruz Alta, um dos impactos desse processo foi a falência da COOTRICRUZ, cuja estrutura foi absorvida pela transnacional Bunge.

Em Cruz Alta, o processo de modernização acarretou na diminuição da população rural, ou seja, uma acelerada urbanização, visto que na década de 1950, 60% da população vivia na área rural, enquanto ao final de 1980, 90% da população vivia na área urbana.

(ZAMBERLAN, e *et al.*, 1989) correlacionam este fenômeno a dois fatores: a migração dos filhos dos camponeses para a cidade seja porque perderam suas terras ou porque as famílias cresciam ocasionando menos terra para partilhar. Já o segundo fato é que Cruz Alta detinha a economia urbana mais desenvolvida e melhores serviços públicos atraindo as populações dos municípios vizinhos.

Durante a década de 1980, Cruz Alta foi perdendo território com a emancipação de vários distritos os quais tornaram-se municípios, portanto diminuindo a receita, porém, com contingente populacional mantido, o que acentua a desigualdade social no espaço urbano e

agrário (CAMPOS, 2011, p. 142). O crescimento populacional do município na década de 1990 se dá de forma muito lenta, relacionada a insuficiência de geração de empregos.

Para Campos (2011) esta é uma característica de toda a região noroeste, não apenas de Cruz Alta, na qual a agricultura familiar foi sendo substituída nos últimos 60 anos pela agricultura empresarial, cuja utilização de força de trabalho é baixa, por ser altamente mecanizada. Além disso, outros setores econômicos não foram capazes de absorver a população que migrou do campo para a cidade. Porém a metade norte gaúcha, onde localiza-se Cruz Alta, concentra metade do PIB agropecuário do Estado, mas é a que mais expulsa pessoas do campo desde a década de 1970.

Em síntese, a Revolução Verde visava o desenvolvimento de uma agricultura capitalista em que o objetivo era obter lucro crescentes e não a produção de alimentos para autoconsumo ou mercado local, como ocorria a agricultura colonial. (CAMPOS, 2011, p. 141)

Este capítulo teve como finalidade demonstrar a construção histórica e social dos diferentes atores que confluem no território Cruz Altense afim de elucidar e contribuir na compreensão da atualidade.

O capítulo seguinte pretende explorar as concepções teóricas adotadas pela autora acerca da Modernização Agrícola, sua influência nos sistemas alimentares e a relação disto com a emergência da agroecologia assim como mercado alternativos.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A modernização agrícola foi responsável por profundas mudanças espaciais e demográficas no território rural e urbano brasileiro, assim como alterou a base tecnológica do processo produtivo e reorientou a produção agrícola, agora modernizada e integrada a indústria.

Sobretudo é importante destacar que a modernização agrícola não foi um planejamento interno promovido pelos governos da época, visto que sua principal intencionalidade tem íntima relação com a expansão do capital financeiro e industrial na agricultura.

As mudanças na agricultura através da modernização estão estritamente ligadas ao contexto político e econômico mundial a partir do término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A medida que a agricultura tradicional converge para uma agricultura modernizada, no

contexto do desfecho da Segunda Guerra Mundial, abriu-se grandes perspectivas de expansão do capital, como ilustra Brum:

A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização (BRUM, 1988, p. 44)

Para tanto, a materialização da Modernização Agrícola se dá através da nova forma de realizar a agricultura, antes sem uso de moléculas sintéticas fertilizadoras, corretivas e biocidas, ou máquinas capazes de substituir a força de trabalho familiar ou assalariada, e ainda variedades de sementes produtivas, a massificação da monocultura e mais recentemente de sementes transgênicas. Este processo de modernização, se convencionou em Pacote Tecnológico e, denominado assim pelos seus simpatizantes de “Revolução Verde”.

A Revolução Verde foi o somatório de esforços na área da pesquisa agrícola, principalmente nos Estados Unidos, em desenvolver o máximo rendimento de culturas, que futuramente tornam-se a base alimentar do planeta, reduzindo a segurança alimentar de muitos povos, a partir do uso intensivo de insumos químicos e máquinas agrícolas.

A chamada Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas as condições dos diferentes solos e climas e resistentes as doenças e pragas, bem como a descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos eficientes. (BRUM, 1988, p. 56)

Brum (1988) traz a luz do debate os efeitos da tecnificação do processo produtivo que, trajadas de boas intenções, promoveu os interesses de grupos econômico e se segue promovendo.

Através dessa imagem humanitária, ocultavam-se, no entanto, poderosos interesses econômicos e políticos ligados à expansão e fortalecimento das grandes corporações a caminho da transnacionalização (BRUM, 1988, p. 56)

Os altos rendimentos econômicos e produtivos difundidos pela propaganda do Agronegócio através, por exemplo, de safras que superam as anteriores, não são orientados para

atender a demanda alimentar da sociedade, com diversidade de gêneros alimentícios promotores de saúde.

Destaca-se também o processo excludente da tecnificação, uma vez que ela induz a exclusão de muitos agricultores, pois muitos apresentam-se desprovidos de capital para o acesso de tais tecnologias, principalmente os agricultores familiares camponeses através da concentração de capital das grandes transacionais e dos meios de produção como a terra. Também transforma a agricultura dependente de insumos químicos e máquinas, além da dependência aos países produtores da matriz tecnológica adotada pela Revolução Verde, significando a subordinação, dos países pobres aos ricos.

No Brasil, a Revolução Verde foi assumida pelo Estado Brasileiro, visto que durante o Regime Militar (1964-1985), sobre forte influência dos processos de modernização nos países ricos, instituiu progressivamente este programa constituindo-o então como programa padrão agrícola para o País.

Para tanto, a difusão da Revolução Verde no Brasil se deu através da fundação de instituições agrícolas públicas, como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), em 1971, assim como a criação do sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a posterior regionalização através da criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Estes são fortemente influenciados, principalmente a EMBRAPA, pelos centros internacionais de pesquisa agrícola criados pelos patrocinadores da Revolução Verde.

O avanço da modernização, no Brasil, na década de 70, exigiu instrumentos mais eficientes e uma articulação mais eficaz. Para atender a essa necessidade, o governo brasileiro criou em 1971 a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRATER). (BRUM, 1988, p. 45-46)

Outra contribuição imensurável e parte do corpo integrante das estratégias da Revolução Verde para sua implantação, são os sistemas de crédito tanto públicos como privados. Durante a década de 50, segundo Brum (1988) foi criado, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, com o objetivo de orientar e estimular a implantação de novas técnicas de cultivo entre os produtores rurais. Era o primeiro organismo público a operar conforme a nova estratégia. Logo depois criam-se organismos regionais semelhantes, como a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR, no Rio Grande do Sul, criada no ano de 1977.

A tecnificação dos sistemas produtivos promovidos pela modernização agrícola no Brasil foi e mantém-se atualmente, excludente assim como o modelo econômico adotado pelo

Governo Militar e ambos, o modelo agrícola e o modelo econômico, são oriundas das mesmas razões, as quais subordinam a agricultura ao capital industrial e financeiro. Essas mudanças apenas reforçam a concentração da terra, visto que a tecnificação se opõe a Reforma Agrária, a qual “modernizaria o latifúndio”. No entanto a tecnologia produzida pela modernização esteve orientada para o latifúndio extensivo de monoculturas a base de insumos sintéticos, excluindo a pequena propriedade.

Os esforços do Regime Militar para a questão agrária brasileira debruçavam-se sobre uma ótica militarizada, afim de resolver conflitos agrários, os quais pudessem atrapalhar a expansão da empresa rural capitalista, a nova conformação do latifúndio no Brasil. Contudo, destaca-se que a modernização agrícola não se interessava pela reestruturação agrária no País, fundamental ao fortalecimento das populações do campo.

Assim a estratégia da modernização agrícola foi contrária a Reforma Agrária, denominando-se, para muitos autores, Modernização Conservadora da Agricultura. Brum define:

A estratégia da modernização conservadora tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. Essa orientação está voltada a viabilização e implantação da empresa rural capitalista no campo (BRUM, 1988, p. 54)

A modernização está associada a melhoria de algo, ao progresso e ainda a ideia de superação daquilo que não é moderno, ou atrasado. A Revolução Verde só reforçou a premissa e o sentido de progresso ao campo, através dos avanços tecnológicos capazes de aumentar a produção e produtividade. Como elemento principal, a tecnologia e inovação das diferentes formas de realizar agricultura condenava tudo o que não fosse parte substancial da modernização como tradicional e atrasada. Portanto, a agricultura tradicional, responsável por alimentar inúmeros povos ao longo dos milênios, não atendia ao novo momento agrícola mundial.

2.2 A ORIGEM DA MODERNIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL

A concepção de moderno para o mundo ocidental se estabelece no século XVIII, criada a partir do Iluminismo. A primeira ideia associada ao conceito é de uma diferença histórica, pois traçou uma linha do tempo para a sociedade. Essa linha histórica iniciava no período antigo, passa pelo medieval e adentrava o moderno, e foi condicionada à época atual, contemporânea (ALMEIDA, 2011)

Mais importante do que definir a linha histórica a qual determinou o que é moderno e não moderno, é compreender o contexto histórico do Iluminismo, este que se encontrava em plena expansão da sociedade industrial, da técnica moderna e do cientificismo. Essa nova razão sobre o mundo pode ser definida como razão ocidental, a qual tem como base aspectos que influenciam as sociedades contemporâneas atualmente. Dentre estes aspectos pode-se destacar o individualismo, a dissociação do ser humano à natureza e seus ciclos naturais, a partir do enaltecimento da técnica e da ciência. Dessa forma a técnica e a ciência contribuem para a ideia de dominação da natureza e controle dos processos naturais. A industrialização é outro aspecto norteador da ideia de moderno para as sociedades atuais.

Diante disso as transformações históricas da sociedade, principalmente a revolução industrial no século XVII, influenciam e permeiam as concepções de desenvolvimento, introduzindo a ideia de desenvolvido associado ao que é industrializado e produzido a partir de conhecimentos técnicos científicos.

A organização da vida social também é interpretada a partir dessa mesma ideia do moderno, ou seja, o tradicional rural se antepõe ao moderno urbano, assim como a produção industrial a produção artesanal.

Essa lógica dicotômica entre moderno e atrasado reforça a capacidade da modernização em subjugar nações e como ferramenta de dominação política, econômica e cultural.

Modernização, nesse sentido, foi um termo usado muitas vezes como elemento de dominação cultural e econômica, frequentemente pelo apoio de elites locais. Para tanto, o moderno – identificado como urbano e industrial era precedido de tradicional – muitas vezes associado ao rural e ao atrasado (ALMEIDA, 2011, p. 15)

Como visto, o conceito de moderno, expressa um imaginário social que condiciona a associação do moderno ao progresso, as melhorias e desenvolvimento no sentido de aprimorar o que se pretende desenvolver e modernizar. Contudo, a agricultura, mesmo com sua modernização, denota sentido de ambiguidade ao processo modernizador de sociedades

identificadas como atrasadas, pois atualmente se tem observado consequências negativas da modernização da agricultura no Brasil, e no mundo.

Para os países ricos e modernizados a tarefa estava clara, adentrar nos países ditos atrasados e promover o desenvolvimento através da industrialização e modernização, denominados subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento, os considerando atrasados. Nessa perspectiva, as sociedades não modernas, as quais preservam as formas tradicionais de organização social, os saberes tradicionais e todo o aparato tecnológico envolvido com a cultura dos povos tradicionais estava ligado e determinado ao atraso.

O paradigma da Revolução Verde tem raízes nessa conjuntura de modernização geral na história da humanidade. Transforma a produção agrícola em commodities, em detrimento das organizações sócio produtivas locais, afetando significativamente a vida de muitas populações rurais, objetivando o lucro e acumulação.

Logo, o desenvolvimento rural esteve associado ao processo de modernização da agricultura, sem mensurar os efeitos e as transformações no cotidiano destas populações rurais e também, urbanas. É importante ressaltar que muitos se contrapõem a ideologia contida no “desenvolvimento social”, no “progresso” e no “moderno”, principalmente em países subdesenvolvidos – América Latina, como o Brasil e no Oriente, a exemplo da Índia.

O desenvolvimento rural, o qual promoveria “progresso”, no que tange a propiciar condições dignas de reprodução social no campo, perpassava a Reforma Agrária, o que para as elites brasileiras, a posse da terra, durante o processo de modernização, foi considerada uma das poucas coisas a não se modernizar, desenvolver ou progredir. Neste caso, repartir a terra não era progredir, modernizar e desenvolver.

Nesse sentido, o desenvolvimento rural promovido pelos interesses do capital financeiro e industrial, não está associado necessariamente ao desenvolvimento e progresso das famílias moradoras do campo e sim a mercantilização de tudo que lhes permite ser caracterizado como populações do campo.

O padrão tecnológico aplicado aos agroecossistemas produtivos oriundos da Revolução Verde tem implicado uma série de consequências negativas, sejam sócio econômicas e ambientais, assim como se demonstra ineficiente ao que se refere a atender a demanda das necessidades primordiais das sociedades como produção de alimentos.

2.3 DA CRÍTICA A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA A EMERGÊNCIA DA AGROECOLOGIA E MERCADOS ALTERNATIVOS

A lógica capitalista industrial é questionada principalmente quando a ecologia se torna um debate social e não mais apenas parte do ensino institucionalizado no campo das ciências naturais. Durante a década de 1960 e 1970, a ecologia se apresenta na fundamentação da contestação ao modelo de desenvolvimento e toma força com literaturas científicas, as quais expuseram ao mundo a contaminação planetária desencadeada por inúmeras moléculas sintéticas utilizadas na indústria, principalmente nos EUA e Europa.

Os livros, *Primavera Silenciosa* e *Futuro Roubado* são dois exemplos da investigação científica acerca da contaminação e desequilíbrios desencadeados pelo modelo de desenvolvimento vigente.

Seu livro representou um marco no despertar do ecologismo ao desnudar publicamente os efeitos nocivos de uma tecnologia transplantada da indústria bélica para a agricultura e que se disseminou globalmente após a Segunda Guerra Mundial, com o projeto político-ideológico da Revolução Verde. Não sem razão, Carson questionou o sentido de uma civilização que optou por travar uma guerra contra a vida. (CARNEIRO e RIGOTTO, 2015)

Após 57 anos da primeira publicação de *Primavera Silenciosa*, o futuro segue roubado e muitas das moléculas expostas em ambos os livros citados anteriormente, após décadas de banimento na União Europeia e Estados Unidos da América, são de forma precipitada e irresponsável liberadas ao uso no Brasil.

A agroecologia nasce como contra movimento ao domínio da lógica industrial de produção e é fruto de movimentos alternativos ecológicos e de questionamento ao sistema capitalista.

A noção de desenvolvimento rural sustentável também nasce desta contestação, pois são as transformações do mundo rural ao longo do processo de modernização da agricultura cujas consequências desencadearam a construção de alternativas de modelos de produção e comercialização.

Desde a década de 70, a agricultura alternativa ou ainda movimentos alternativos que abarcavam as ideias ecológicas e de economias mais justas, desnudam as consequências da modernização agrícola e do avanço do capitalismo na agricultura bem como a industrialização da mesma.

Sendo assim, como proposta de transformação tem-se reforçado a ideia da agricultura sustentável, uma vez que ela não se antepõe apenas ao processo técnico produtivo, mas também se dedica a analisar as relações sociais implicadas no contexto da agricultura. Nesse sentido, a Agroecologia debate as inúmeras facetas da realidade agrária brasileira e latino americana, visto que ela nasce da contradição deste modelo e fundamenta-se na ecologia e justiça social.

Em 2012, no Brasil, a agroecologia se constitui como parte do projeto de governo da época alinhados com organizações dos agricultores, movimentos sociais, ONGs, igrejas entre outros, Partidos dos Trabalhadores, por intermédio da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO).

Esta condição de “pauta de governo” é fruto da organização da sociedade civil a fim de promover o uso adequado dos agroecossistemas, qualidade de vida e sobre tudo alimentação de qualidade as populações tanto rurais como urbana. No entanto, quem trilha o caminho da agroecologia até o governo transformando-a em horizonte para políticas públicas de produção e também mercados de alimento agroecológico são os movimentos sociais imbuídos da crítica devido a vivenciar os efeitos negativos ao modelo vigente de desenvolvimento rural.

Desde 2008 o Brasil é campeão no uso de agrotóxicos ultrapassando os Estados Unidos e assumiu o posto de maior mercado mundial de Agrotóxicos (ABRASCO, 2015). O aumento expressivo de agrotóxicos na produção agropecuária brasileira movimentou diversos setores da sociedade, não só movimentos sociais do campo, mas também instituições públicas relacionadas a saúde coletiva, saúde dos trabalhadores (as) e saúde dos ecossistemas.

Desde 2001, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), executa o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) com a finalidade de monitorar e avaliar continuamente os níveis de resíduos de agrotóxicos nos produtos vegetais que chegam à mesa do consumidor. Para além deste programa da Anvisa, responsável por monitorar a saúde da população brasileira, documentos resultantes de pesquisas com a temática dos agrotóxicos ocupam o debate da sociedade na academia e grupos organizados em torno da pauta da saúde coletiva.

O dossiê² (2012) registra e difunde a preocupação de pesquisadores, professores e profissionais com a escala ascendente de uso de Agrotóxicos no país e a contaminação de ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos sobre a saúde pública (Dossiê ABRASCO 2012).

² A Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) no ano de 2012 lança o Dossiê Um Alerta dos Impactos dos Agrotóxicos na Saúde

Expressa, assim, o compromisso da ABRASCO com a saúde da população, no contexto de reprimarização da economia, da expansão das fronteiras agrícolas para a exportação de commodities, da afirmação do modelo da modernização agrícola conservadora e da monocultura químico-dependente. [...] impondo limites ao modo de vida e à produção camponesa de alimentos, e consomem cerca de metade dos mais de um bilhão de litros de agrotóxicos anualmente despejados em nossa Terra. (DOSSIÊ ABRASCO)

O Dossiê da ABRASCO e o Atlas: Uso Geográfico dos Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia demonstram o uso abusivo dos venenos e a problemática da contaminação de alimentos, das populações rurais e urbanas, trabalhadores de fábricas de indústria de agrotóxicos e trabalhadores rurais.

O Brasil consome cerca de 20% de todo o agrotóxicos comercializado mundialmente, em 2000 o Brasil saltou de 170.000 toneladas para 500.000 toneladas em 2014, ou seja, um aumento de 135% em 14 anos (BOMBARDI, 2017)

Neste cenário problemático da agricultura, a agroecologia se destaca como uma fonte alternativa para vivenciá-la, de forma que pessoas possam trabalhar no campo, sem intoxicar-se e produzir para o autoconsumo e geração de renda, preservando a sucessão familiar.

A Agroecologia tornou-se disciplina, temática de cursos de formação, graduações e parte da grade curricular de cursos relacionados as ciências agrárias, bem como da educação, principalmente das escolas do campo. Sobre tudo se tornou ferramenta para a transformação social e produtiva e configura-se em estratégia no que tange a tecnologia de processos de produção de muitas comunidades rurais latino americanas.

Ela visa estimular a produção local e regional, mas também o autoconsumo das famílias e a substituição gradual, ou total, dos insumos químicos sintéticos, a fim de trazer o máximo de ecologização dos agroecossistemas.

O debate da alimentação analisando a qualidade final dos alimentos são parte do universo da agroecologia e da contestação acerca do modelo químico de produção de alimentos.

Parte dos consumidores de alimentos problematizam a utilização de veneno na produção e buscam alimentos produzidos, sem a utilização de veneno, tornando-se força política deste debate, mostrando certo nível de consciência acerca dos hábitos de consumir e alimentar-se.

Isso torna os consumidores agentes políticos conscientes do ato de consumir, cujo ato tem relação direta com a preservação da natureza. Esta percepção ampliada acerca da interligação do processo de consumo e produção permite a emergência de novas formas de produção e comercialização, bem como a construção social de mercados ou redes alimentares.

Diante do avanço do capitalismo no campo surge como contraponto ao mercado hegemônico de alimentos - caracterizados principalmente pela produção dos commodities, ou mercadoria agrícolas globalizadas - os mercados alternativos locais.

No entanto, na perspectiva de (DAROLT, 2013) a comercialização de produtos locais por vias diretas é uma herança sócio histórica milenar, cuja transformações ocorreram ao longo do tempo. Essas transformações intensificaram-se, a partir do século XX com a Revolução Verde, diante da intensificação e especialização agrícola em que a agricultura de países e o trabalho dos agricultores está articulado em abastecer as grandes redes agroindustriais.

A agro industrialização alimentar (transformação, alimentos pré-prontos, congelamento) aliado ao progresso dos meios de transportes e de conservação de alimentos (caminhões e containers refrigerados e rápidos) modificaram os modos de distribuição de produtos alimentares. (AMEMIYA, 2011)

Ploeg (2016) afirma que são mercados locais, aqueles em que bens e serviços são trocados, havendo, nesses espaços, uma grande conexão entre produtores e consumidores, podendo ser direta ou indireta, de forma simples ou altamente complexas.

(DAROLT, 2013, p. 139) considera a importância de reinventar os mercados locais aproximar produtores e consumidores, e sobre tudo, incentivar a compra de alimentos ecológicos em circuitos curtos de comercialização. Para o autor, estes são desafios para se construir modelos de consumo alimentar ecologicamente corretos.

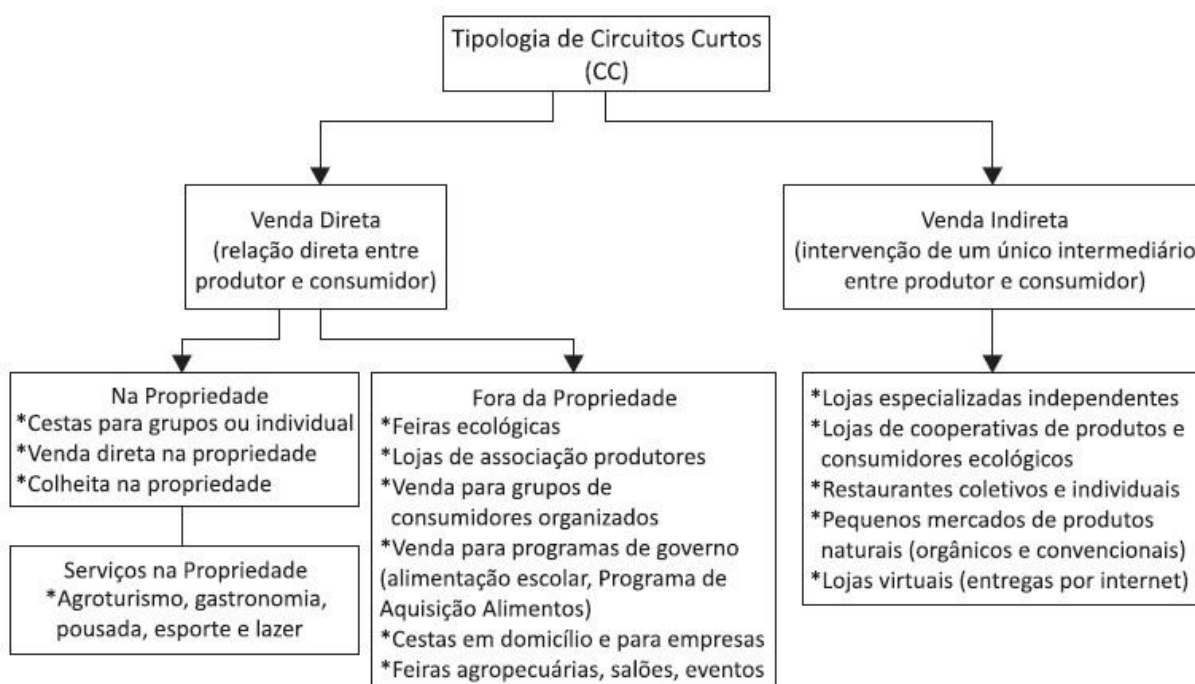
Os mercados de circuitos curtos, ou os canais curtos de comercialização, podem ser entendidos como a proximidade entre os consumidores e os produtores, portanto, redes de cadeias agroalimentares curtas as quais reduzem a distância entre o local de produção e o local de comercialização.

No Brasil não há definições para mercados de circuitos curtos, ou canais curtos de comercialização, porém o conceito que melhor se aproxima da definição é a proximidade entre produtores e consumidores.

Na França, segundo Chaffote e Chiffolleus (2007), o conceito de Canais de Curtos (CC), é empregado para mercados que movimentam, até 1 intermediário entre produtor e consumidor.

Há dois casos de CC de comercialização: venda direta (quando o produtor entrega direto ao consumidor); e ainda via indireta em que existe a presença do 1 único intermediário (este pode ser o produtor, uma cooperativa, uma associação uma loja especializada, um restaurante ou até mesmo um pequeno mercado local (DAROL et al., 2013).

Figura 1 - Tipologia de circuitos curtos de comercialização de produtos ecológicos



Fonte: CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU (2007) e MUNDLER (2008) apud DAROLD (2013)

As cadeias curtas se assentam na conexão entre agricultores e consumidores, se estabelecem pela formação de uma economia de qualidade, ressocializa e reespecializa o alimento cuja qualidade e saúde são aspectos importantes. Já as cadeias agroalimentares longas, pelo contrário, são formadas pelas grandes empresas do setor agroalimentar, constituindo grandes cadeias do agronegócio.

O comércio massivo para a grande distribuição, aliado ao hábito de comer fora de casa num estilo de vida considerado moderno criou um modelo de produção distribuição-consumo concentrado em circuitos longos, afastando cada vez mais produtores e consumidores (DAROLT, 2013, p. 140)

As redes de alimentos de cadeias longas, estão relacionadas a produção de commodities. As integrações das cadeias agroindustriais especializadas reduzem ou zeram a autonomia dos agricultores e não os colocam como tomadores de decisões, como por exemplo, preços dos custos de produção e venda dos produtos.

A globalização da produção e distribuição alimentar expõe os limites da agricultura moderna gerando problemas ambientais, insegurança alimentar, alimentos industrializados e

ultra processados sem valor nutritivo, são elementos que embasam as críticas ao atual modelo de sistemas agroalimentares. Portanto:

As cadeias curtas de produção e comercialização visam à produção local e estão assentadas em esquemas de confiança dos consumidores em relação aos produtores. Dessa forma, as novas formas de produção e consumo surgem das respostas aos múltiplos questionamentos sobre os limites e os problemas associados e resultado da agricultura moderna.

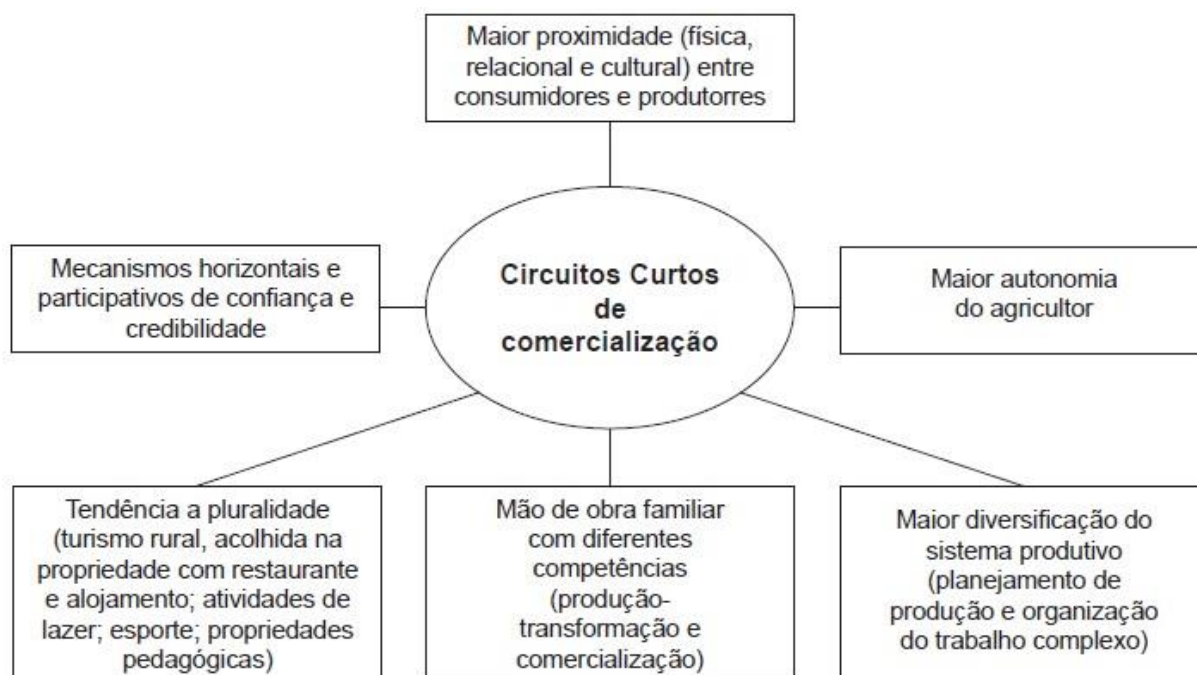
Estas cadeias curtas de produção de alimentos não solucionam a problemática da produção, distribuição e qualidade dos alimentos, no entanto, devem ser analisadas como uma estratégia de reprodução social dos modelos de agricultura divergentes do predominante, a partir da possível viabilização da agricultura de base familiar.

As unidades de produção caracterizadas por realizar canais curtos de comercialização são no geral, majoritariamente provenientes das unidades de base familiar.

Se desenvolvem em áreas pequenas (em média, menor que 20 hectares no total) quando comparadas àquelas em circuitos longos. Um dos pilares de sustentação é a mão de obra familiar, que tem uma carga de trabalho intensa e deve aliar diferentes competências (produção, transformação e comercialização) no intuito de diminuir custos e agregar valor ao produto (DAROL, *et al.*, 2016)

Observa-se que a maioria dos canais estudados, as práticas agrícolas utilizadas, os volumes de produção, os tipos de produtos e a organização do trabalho se adaptam para responder às demandas dos consumidores (DAROL, *et al.*, 2016).

Figura 2 - Características comuns observadas em circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos (Brasil e França)



Fonte: Darold (2013)

A agroecologia surge como ferramenta na reorientação da base produtiva e tecnológica e na otimização econômica da unidade de produção, que possibilita minimizar a dependência dos produtores em relação ao uso de insumo externos gerando autonomia e mais renda. Além disso, poderá permitir níveis de ecologização dos processos produtivos e gerar condições a transição para sistemas ecológicos de produção assim contribuindo para a saúde dos alimentos, produtores e consumidores e dos ecossistemas, tornando-se fator relevante para a saúde coletiva da sociedade.

A agricultura ecológica e circuitos curtos tem impactos positivos em diferentes dimensões como na economia local, trazendo oportunidades de trabalho e de renda; na dimensão social com a aproximação de produtores e consumidores; e na dimensão ambiental com valorização da paisagem e dos recursos naturais (DAROLD, 2013,p..150)

Os mercados locais e a comercialização de canais de curtos desenvolvidos através da produção agroecológica podem ser o elo de re ligação entre consumidores e agricultores como uma forma de impulsionar o desenvolvimento rural local aumentando a oferta de alimentos livres de agrotóxicos, contribuindo para a saúde e fixação destes produtores no campo.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO E A NÃO PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA

Cruz Alta está localizado no Noroeste do Rio Grande do Sul (RS), a aproximadamente 370 km de Porto Alegre, capital do estado, como demonstrado na figura abaixo. Ocupa área equivalente a 1.360.37km² e no ano de 2015 possuía população total 62.821 sendo que 2.227 são habitantes da zona rural do município (IBGE, 2015).

Figura 3 - Localização de Cruz Alta - RS



Fonte: Wikipédia (2019)

O município é destaque na produção de soja no Estado do RS, principal produto do agronegócio brasileiro. Em 2017 produziu o equivalente a 319.260 toneladas de grãos ocupando uma área plantada e colhida de 89.500 hectares. (IBGE,2017).

Neste ano de 2019, um produtor do município recebeu o título de maior produtividade de Soja do Brasil, inclusive, este fato foi reconhecido notoriamente em canais de comunicação de grande alcance como o G1 Notícias.

A propriedade da família Bortoli, em Cruz Alta, no Noroeste do RS, foi reconhecida como a maior produtividade média de soja do país, pelo Comitê Estratégico Soja Brasil. A área avaliada produziu 123,88 sacas por hectare, bem acima da média nacional – 53,4 sacas por hectare – e que a estadual – 56,3 sacas por hectare. Mais de 4 mil produtores estavam inscritos para o desafio. (G1 Notícias,2019)³

Este lugar em evidência, com predomínio da produção de soja, principal produto do agronegócio brasileiro, é um dos aspectos que definem o município como território do Agronegócio.

Por este fato o município foi pesquisado por Campos (2012) em que a mesma investigou a relação da reprodução da pobreza feminina com a territorialização do agronegócio brasileiro.

A noção de território implica uma relação de poder, mediado pelo controle do espaço. Caracterizou-se Cruz Alta como “Território do Agronegócio” porque, nesse município, são os segmentos do agronegócio que, basicamente constituem o que SANTOS (2004) denominou circuito superior da Economia tanto na área urbana como nas áreas rurais do município. (SOARES;CAMPOS; MEDEIROS, 2011).

Em outro estudo Dorneles (2016) investiga as estratégias socioeconômicas da Comunidade Quilombola Júlio Borges, município de Salto do Jacuí frente ao cenário do desenvolvimento agrícola da Região do Alto Jacuí e aponta a mesma perspectiva de Campos (2011). Neste sentido, as obras científicas explanadas vão de encontro ao questionamento do modelo agrícola e agrário da região, o qual implica direta ou indiretamente na vida da população. No estudo de Campos (2016) o agronegócio aparece como gerador e mantenedor da pobreza, especialmente a feminina, em Cruz Alta, mesmo contendo divisas consideráveis geradas pela exportação dos *commodities*, refletindo seu carácter excludente. Dorneles (2016) demonstra a pressão exercida pelo desenvolvimento regional agrícola-agrário (inclusive com a sojicultura) diante do modo de vida e reprodução social de uma comunidade quilombola.

Este cenário, territorializado pelo agronegócio, no município de Cruz Alta, região Noroeste e Alto Jacuí, como destaca Campos e Medeiros (2012), coloca obstáculos até mesmo a produção de produtos agrícolas diferenciados, por exemplo, a soja orgânica e/ ou alimentos locais para mercados de varejo e feira livre.

[...] padronização técnica e tecnológica, dificulta a produção de outros produtos, ou até mesmo dos mesmos produtos de forma diferente, como soja orgânica,

³<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/06/21/propriedade-de-cruz-alta-ganha-titulo-de-maior-produtividade-de-soja-do-brasil.ghtml>

por exemplo, pois, no âmbito local, não há oferta de insumos adequados e nem estruturas para armazenar produtos fora do padrão hegemônico. (CAMPOES; MEDEIROS, 2011)

Diante deste contexto a produção de alimentos é intimamente afetada, uma vez que o rural Cruzaltense, não se atem a produção do mesmo. A comercialização e produção dos produtos como hortaliças ou até mesmo grãos, como arroz e feijão, dois elementos básicos da dieta da população, também são afetados pelo modelo propulsor da agricultura no município.

Outro aspecto relevante é a ideia que o agronegócio traz à população local inúmeros benefícios, ou seja, como ele permeia o imaginário social da população, trazendo a ilusão de gerar riqueza e prosperidade a todos e todas. Isso fica bem evidente no trabalho de Campos (2016).

E além dos elementos materiais que caracterizam o domínio territorial do agronegócio em Cruz Alta, há um conjunto de elementos simbólicos que “plantam” no imaginário social a noção de que tudo gira na cidade em torno deste setor. (CAMPOS, 2011, p.150)

O imaginário social se constrói a partir da ideia de que o agronegócio da agricultura empresarial atende todas as camadas sociais a partir de benefícios, secundarizando e amortecendo o debate sobre a importância da agricultura de base familiar e com foco produtivo em alimentos locais e regionais.

Este mesmo imaginário bloqueia a percepção das inúmeras consequências deste desenvolvimento agrícola, a exemplo do êxodo rural na região e em Cruz Alta, da devastação ambiental, dos monocultivos em larga escala e contaminação do ambiente como das águas provocada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos.

Neste sentido, é notório saber de toda a comunidade científica, mesmo que não haja consenso entre os cientistas, a relação dos agrotóxicos com a mortandade e enfraquecimento de colmeias abelhas. Cruz Alta ocupa lugar de destaque não só na sojicultura, mas também, na mortandade de abelhas. Recentemente, este tema estampou capa de jornais eletrônicos⁴ e

⁴ Morte de abelhas em Ijuí, Panambi e Cruz Alta estão ligadas a grande aplicação de inseticidas e dessecantes nas lavouras (Noroeste Online, 2019); <https://www.noroesteonline.com/morte-de-abelhas-em-ijui-pabambi-e-cruz-alta-estao-ligadas-a-grande-aplicacao-de-inseticidas-e-dessecantes-nas-lavouras/>

Agrotóxico usado na soja responde por 80% das mortes de abelhas no RS - De acordo com Câmara Setorial da Apicultura do estado, nos últimos meses foram registrados casos de extermínio de colmeias em pelos menos oito municípios gaúchos (Canal Rural; 2019) <https://canalrural.uol.com.br/noticias/defensivo-usado-na-soja-responde-por-80-das-mortes-de-abelhas-no-rs/>

bancas de jornais, apontando a morte das abelhas nos apiários de apicultores de Cruz Alta e região. É válido destacar que, as abelhas são insetos de inextinguível importância devido aos serviços ecossistêmicos prestados ao conjunto da natureza e aos seres humanos.

O Rio Grande do Sul é o maior produtor de mel nacional, portanto, os agrotóxicos afetam direta e indiretamente a cadeia do Mel como também interferem na produtividade dos alimentos, visto que, são polinizadores por excelência, pois na presença das abelhas elevam-se os níveis de produtividade dos alimentos.

Da mesma forma que o impacto da sojicultura e de modo geral a agricultura de insumos da região, afeta a fauna – a exemplo das abelhas, a água, outro bem comum, é severamente penalizada devido a contaminação por agrotóxicos no município.

A Reportagem Brasil e A Agencia Publica, responsáveis pela interpretação da base de dados compilados pelo Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) vinculado ao Ministério da Saúde, gerou um *mapa dos agrotóxicos na água*⁵. Cruz Alta apresenta cerca de 13 agrotóxicos⁶ na água.

No ano de 2017, segundo o IBGE (2019) no Brasil a área utilizada para Soja foi de 33,9 milhões hectares, enquanto que no RS, a área ocupada foi de 554.000 e em Cruz Alta, 89.500 hectares. Dos 117. 575 hectares plantados e colhidos em Cruz Alta 76,1% foi ocupado com a cultura da soja (em grão), 10,2 % ocupado pela cultura do trigo, 6,4% de milho, 5,1% de aveia (em grão) e 1,3% da cultura da cevada (em grão). A valor da produção agrícola foi de

Fim das abelhas? Cidade gaúcha de Cruz Alta perdeu 20% das colmeias - Apicultores dizem que crise começou no final do ano passado com uso desenfreado de agrotóxicos. Cerca de 100 milhões de abelhas morreram na cidade, um quinto do total de abelhas mortas no país (apublica,2019)

<https://apublica.org/2019/03/fim-das-abelhas-cidade-gaucha-de-cruz-alta-perdeu-20-das-colmeias/>

Apicultores buscam respostas para morte de 400 milhões de abelhas no RS -Aplicação incorreta de um inseticida nas lavouras de soja é a principal suspeita para a morte de 5 mil colmeias em um mês (Gaúcha Zh,2019)

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/01/apicultores-buscam-respostas-para-morte-de-400-milhoes-de-abelhas-no-rs-cjrb3d73z00ee01q9wskn5sa8.html>

Laudo mostra que agrotóxicos causaram morte de milhões de abelhas no RS - Mortandade ocorreu nas cidades de Mata, Santiago, Jaguari, São José das Missões, Campo Novo e Cruz Alta (Gaúcha Zh, 2019)

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2019/07/laudo-mostra-que-agrotoxicos-causaram-morte-de-milhoes-de-abelhas-no-rs-cjyhei8yp008701k0q6pdxkpm.html>

Apicultores brasileiros encontram meio bilhão de abelhas mortas em três meses - Casos foram detectados no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Mato Grosso do Sul. Análises laboratoriais identificaram agrotóxicos em cerca de 80% dos enxames mortos no RS. (Reporter Brasil,2019)

<https://reporterbrasil.org.br/2019/03/apicultores-brasileiros-encontram-meio-bilhao-de-abelhas-mortas-em-tres-meses/>

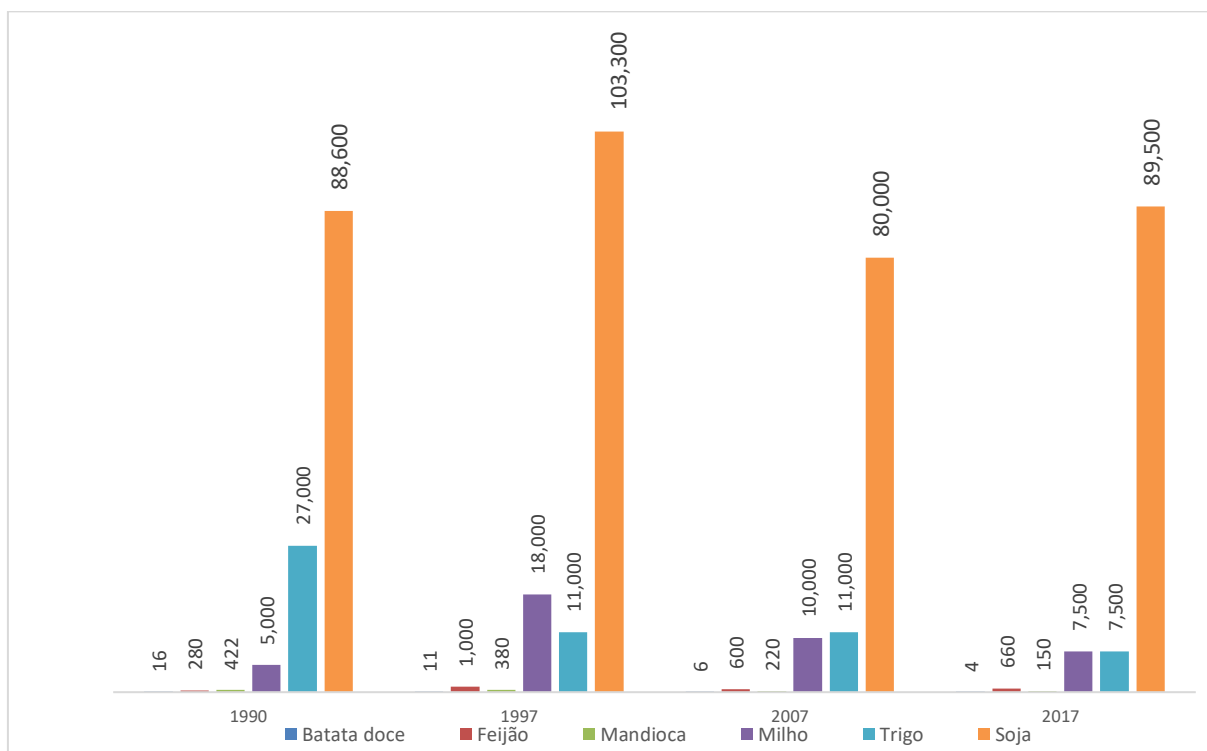
⁵ O mapa é resultado de um esforço jornalístico em conjunto das agências de jornalismo brasileiras Repórter Brasil e Agência Pública em parceria com a organização suíça Public Eye. A ferramenta permite que qualquer brasileiro possa consultar se agrotóxicos foram detectados de 2014 a 2017 na água que sai da torneira das cidade.

⁶ Carbendazim, DDT + DDD + DDE, Diuron, Mancozebe, 2,4 D + 2,4,5 T, Aldicarbe, Carbofurano, Clorpirifós, Metamidofós, Parationa Metilica, Profenofós, Tebuconazol, Terbufós
Nenhum agrotóxico detectado acima dos limites brasileiros em Cruz Alta entre 2014 e 2017.

358,1 milhões de reais, sendo 84,7% da soja, 6% de milho e 3,0% de trigo. (SEBRAE, 2019). O Censo agropecuário de 2017 considera que a área total dos estabelecimentos agropecuários do município é de 129.372 hectares, distribuídos em 580 estabelecimentos rurais, sendo que 89.500 hectares foram ocupados para o cultivo anual de soja.

O gráfico abaixo demonstra a área ocupada para produção de batata doce, feijão e mandioca enquanto em relação as áreas destinadas a milho, trigo e soja.

Figura 4 - Área (há) plantada de cultivos anuais: batata doce, feijão, mandioca, trigo e soja



Fonte: COREDE (2017)

Segundo o documento intitulado *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*, o cultivo da soja, no caso dos 33,2 milhões de hectares em 2015/6 corresponde a uma área territorial 3,6 vezes maior do que Portugal, ou a 6 vezes a área territorial da Escócia ou a 16 vezes a área territorial da Bélgica. Esta é a dimensão do monocultivo de soja no Brasil.

A medida em que as áreas de soja aumentam, significa que as áreas destinadas a produção de alimentos reduzem paulatinamente, o que afeta a segurança alimentar e nutricional⁷ da população brasileira e a soberania alimentar⁸ do País.

Acrescente-se a preocupante concentração da produção nacional em um leque bastante reduzido de produtos (soja, milho e arroz), aumentando sua vulnerabilidade frente a riscos internos ou externos. (Documento Referência V CESANS RS,2011,p.21-22)

Houve um avanço da concentração de capitais nos diferentes setores ligados à produção, processamento e comercialização de alimentos. A estrutura do abastecimento agroalimentar apresenta crescente integração da produção de alimentos às dinâmicas do capital industrial, comercial e financeiro (V CESANS RS, 2011). Isso afeta a população e os agricultores dedicados a produção de alimentos, através da determinação dos preços pago aos produtos, que no geral são baixos, custos elevados de produção em função dos insumos, e o preço elevado dos alimentos quando chega até o consumidor. A lógica dos preços e da oferta de bens para a população passou a ser uma lógica privada, que não necessariamente atende as necessidades impostas pela SAN (CESANS RS,2011). Percebe-se o domínio privado sob o controle das estruturas de abastecimento alimentar no Brasil.

Em 1994, por exemplo, 20,9% do varejo de alimentos era controlado por quatro grandes empresas. Em 2004, como resultado de diferentes fusões e aquisições, essas quatro empresas já concentravam 38,8% do mercado, com participação, praticamente hegemônica de empresas transnacionais. (Documento Referência V CESANS RS, 2011, p. 22)

Diante desta problematização, surge a necessidade de olhar a produção alimentar no município como política setorial, como parte do planejamento e ações de fomentos à produção alimentar local. Sabendo da problemática em relação a origem dos alimentos distribuídos no município como também a precariedade nutricional da alimentação escolar, a atual Gestão

⁷ A Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto estratégia ou conjunto de ações, deve ser intersetorial e participativa, e consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. O modelo de produção e consumo de alimentos é fundamental para garantia de segurança alimentar e nutricional, pois, para além da fome, há insegurança alimentar e nutricional sempre que se produz alimentos sem respeito ao meio ambiente, com uso de agrotóxicos que afetam a saúde de trabalhadores/as e consumidores/as, sem respeito ao princípio da precaução, ou, ainda, quando há ações, incluindo publicidade, que conduzem ao consumo de alimentos que fazem mal a saúde ou que induzem ao distanciamento de hábitos tradicionais de alimentação. (Consea – Governo Federal Acesso a informação)

⁸ O conceito de soberania alimentar foi inicialmente postulado pela Via Campesina e pode ser enunciado como “o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo.” Apesar deste direito ser incontestável e exigível, o modelo de desenvolvimento adotado de maneira hegemônica pouco tem colaborado para seu alcance. (Via Campesina)

Administrativa Municipal (2016-2020) realizou conjuntamente com parceiros o Seminário de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis⁹ no ano de 2017.

O debate esteve centrado em alguns eixos: fortalecer a agricultura de base familiar através da produção de alimentos saudáveis, que prezem pela saúde de quem produz, de quem consome e do ambiente, sem a utilização de insumos químicos. Acesso a alimentos saudáveis aos usuários da rede municipal de educação. Dessa forma, também, criando mercado e incentivando a compra da produção de alimentos saudáveis dos agricultores e agricultoras do município. O acesso à terra, como uma das premissas para impulsionar a produção de alimentos localmente.

O fórum contou com a participação de 147 pessoas, maioria de Cruz Alta, porém outros municípios da região também estiveram presentes. O painel da mesa contou com Leonardo Malgarejo abordando a temática dos agrotóxicos e transgênicos e a produção camponesa e o casal produtores de alimentos orgânicos, atores do estudo de caso desta pesquisa, Romi Schneider e Valdir Ludckman, trazendo o debate do manejo orgânicos. A partir do seminário desdobra-se em dois grupos de trabalhos: Consumo e Produção.

Nos dias 11 e 12 de setembro aconteceu em Cruz Alta a IV Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável com a chamada “Segurança Alimentar pela vida saudável e contra a fome e a miséria”. Esta mesma conferência teve como organização quatro eixos, sendo eles: Acesso, Abastecimento e Produção de Alimentos; Qualidade dos Alimentos; Educação Alimentar; Sisan (Sistema Segurança Alimentar e Nutricional).

Considerando o exposto acima, é perceptível a redução das áreas de plantio para alimentos e o avanço da sojicultura no Brasil ou outros monocultivos destinados à exportação, como acontece, no município de Cruz Alta.

Diante disto, torna-se imperativo a população do município, que acessa mercados convencionais com alimentos convencionais, os quais percorrem longas distâncias até o consumidor e não garantem qualidade em relação ao uso de agrotóxicos, fomentar alternativas de comercialização. Logo, para os agricultores produtores de alimentos do município é indispensável fomentar tecnologias alternativas a produção convencional assim como canais de comercialização alternativos.

⁹ O Fórum de Produção e Consumo de Alimentos Saudáveis, foi realizado na sua primeira versão no ano de 2017 pela administração atual do município de Cruz Alta. Teve como organizadores as Secretarias de Desenvolvimento Rural e Secretária de Transparência Popular. Contou também com a Secretaria de Educação, Conselho de Alimentação Escolar, Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), EMATER Empresa Assistência Técnica Extensão Rural, Penitenciária de Cruz Alta e Exército Brasileiro. Bem como a participação ativa dos agricultores e agricultoras e participação dos setores civis e organizados na sociedade.

Há um esforço da gestão municipal atual em articular os agricultores aos mercados institucionais e também aumentar o número de produtores de alimentos, visto que, devido a estrutura agrária do município e seu processo histórico, estes são poucos, havendo a necessidade de reformar áreas rurais e periurbanas, as quais são negligenciadas, porém estão cumprindo papel mister na produção de alimentos local.

4 ENTREGA DE CESTAS A DOMICÍLIO E A AGRICULTURA ECOLÓGICA COMO ESTRATÉGIAS ALTERNATIVAS AO CONTEXTO DE DOMÍNIO DO AGRONEGÓCIO

4.1 DESCRIÇÃO DA UNIDADE DE PRODUÇÃO E TÉCNICAS ECOLÓGICAS UTILIZADAS NA PRODUÇÃO.

A unidade de produção ecológica está localizada no município de Cruz Alta-RS na rodovia BR 158 no trecho Cruz Alta- Panambi a três quilômetros do trevo em direção norte. Os Orgânicos Kiriê¹⁰, tem como característica a certificação ecológica pela Empresa certificadora, ECOCERT¹¹, o que dá a garantia da qualidade nutritiva e o não risco da contaminação por agroquímicos. A área total da unidade conta com 4 hectares, sendo que um é ocupado por barreiras vegetais limitando a unidade das demais propriedades do entorno. Nos 3 hectares restantes o manejo se dá sem a utilização de agroquímicos.

As barreiras vegetais são compostas por eucalipto, uva do japão, capim elefante e plantas nativas, além disso as aves que coexistem na unidade também tem realizado o plantio de espécies por disseminação das sementes, bem como a sucessão vegetal ecológica que ocorre nestas faixas. Os cordões vegetais são importantes e tem a função de criar barreiras vegetais, uma vez que estão como parte fundante da organização de sistemas produtivos orgânicos, visto que, no entorno utilizam-se agrotóxicos. A finalidade das barreiras é proteger da deriva dos agrotóxicos pulverizados no entorno.

¹⁰ Denominação adotada pela família.

¹¹ Empresa de origem francesa com sede no Brasil desde 2001, em Florianópolis – SC. Além da certificação para produção orgânica, a certificadora fornece atestados para outras aplicações agroecológicas, como, por exemplo, cadeias produtivas de soja não-transgênica, a exploração sustentável de florestas e a ausência de mão-de-obra escrava e infantil.

Figura 5 - Cordão Vegetal na unidade produtiva de Orgânicos Kiriê



Fonte: Google Earth, 2019.

A produção da unidade está organizada em seis estufas abertas, 8 estufas teladas, pomares e espaldeira, duas moradias, uma sala de higienização, classificação e beneficiamento, viveiro e marcenaria.

As hortaliças cultivadas na unidade são: alfaces (americana, crespa, lisa, mimosa e rocha); beterraba, brócolis japonês e comum, cenoura, couve flor, couve manteiga, espinafre, feijão de vagem, hortelã, pepino, pepino japonês, pimentão, manjeriço, manjerona, morango, rabanete, rúcula, tomate comum, tomate cereja. Dentre os cultivos de frutíferas: ameixas, figo, laranjas Valencia e Comum, pêsego e pera.

As mudas de hortaliças são produzidas na unidade, possuindo um viveiro com mesas e irrigação. O substrato também é produzido na propriedade e adquirido de fora. Vale lembrar que a unidade é certificada, portanto, tanto as sementes como o composto estão de acordo com a legislação vigentes para orgânicos.

As técnicas são mescladas de distintas correntes as quais compõe a produção de base ecológica, Mokidi Okada, (Agricultura Natural) Ana Maria Primavesi, Sebastião Pinheiro, Jairo Restrepo, Agricultura Biodinâmica, homeopatia, aplicação de microorganismos como *Bacillus turigensis*, entre outros. Estes conhecimentos e saberes estão relacionados a trajetória profissional e suas origens na agricultura.

Hoje se usa aqui as técnicas da agricultura biodinâmica, agricultura natural com os EM's (Micro organismos eficientes) coletado e multiplicado aqui, Pó de rocha, na linha do Sebastião Pinheiro, com a Ana Primavesi e as coberturas do solo e a agroecologia com um todo, uma proposta de vida. [...] Homeopatia vegetal se utiliza principalmente contra o 2,4-D, homeopáticos como *Nux Vomica*, para desintoxicar um pouco as plantas, Calcarea carbônica na compostagem, Nux também no esterco que vem de fora para

estabilizar e desintoxicar, porque é um medicamento que ajuda a neutralizar as questões, porque é um medicamento que ajuda a neutralizar substancias, fragmentos , resíduos mais nocivos. (Entrevista, Valdir Schneider , 2019

Figura 7 - Palhada sob canteiros de morango



Figura 6 - Cobertura do solo com palhada



A figura 6 expressa a centralidade em que o solo ocupa para o casal na estratégia de produção, visto que, na perspectiva da agroecologia e do casal o solo é considerado um sistema vivo, portanto as palhadas alimentam a microbiologia do solo, a qual resultara em fertilidade e saúde do sistema solo. A figura 7 demonstra a cobertura de solo com amendoim forrageiro, planta da família das Leguminosas, com capacidade de fixar nitrogênio através de bactérias nas raízes, diminuindo o custo com adubos orgânicos e contribuindo na saúde e fertilidade do sistema solo.

4.2 TRAJETÓRIA ECOLÓGICA DO CASAL ROMI SCHNEIDER E VALDIR LUCHMANN

Romi Schneider é brasileira natural de Cruz Alta, município da pesquisa em questão, tem formação acadêmica na Universidade de Ijuí, concluindo em 1993 o curso de Bacharelado em Engenharia Agrônômica. Sua origem é rural, seus pais são médios proprietários (cerca de 100 hectares) possuindo terras na localidade Nova Horizonte, residindo até hoje na propriedade, no município de Cruz Alta.

Após formada Romi retorna a unidade de produção dos pais, trabalhando na produção leiteira, contudo, a primeira oportunidade de trabalho foi no sudoeste do Paraná (PR) no município de Capanema, em Casa Familiar Rural (CFR), como coordenadora durante cinco

anos. Após a CFR, Romi recebe um convite para entrevista de trabalho no CAPA, também no sudoeste do Paraná, município de Verê.

Valdir Luchmann também brasileiro e de origem rural, natural de Marechal Cândido Rondon-PR. Seus pais são pequenos agricultores (13 hectares) e é Técnico em Agropecuária. Valdir trabalhou 13 anos do CAPA.

Ambos conheceram-se no Paraná no ano de 2001, durante o período em que os mesmos trabalhavam no Centro de Assistência aos Pequenos Agricultores (CAPA), entidade ligada à igreja Luterana que tem como um dos princípios a Agroecologia.

Como igreja de Cristo, tem o compromisso de não se conformar com injustiças sociais e a agressão à Natureza. O CAPA foi colocado à disposição das agricultoras e dos agricultores familiares para, em conjunto, e com base nos princípios da agroecologia e da cooperação, desenvolver experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, que sirvam de sinais de que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e de realização econômica para todas e todos. (CAPA.ORG, 2019)

A agroecologia ou a produção alternativa se introduz na vida dos atores pesquisados de diferentes formas, no entanto, para o casal a agroecologia é um princípio, como define Valdir:

A opção de fazer agroecologia é anterior a escolha de qualquer lugar, em qualquer lugar faríamos agroecologia [...] A agroecologia para nós é um grande guarda-chuva que abriga muitas técnicas e filosofia de vida (Entrevista, Valdir Schneider, 2019)

Apesar das realidades distintas Romi e Valdir, a agroecologia torna-se uma prática profissional, cuja a trajetória foi vinculada ao CAPA, EFAS, cooperativas entre outros. Para Romi a agroecologia torna-se uma realidade presente no ingresso ao CAPA e também devido a sua formação na Unijuí, que segunda ela, possuiu uma formação pública e visava desenvolver a construção da carreira de forma mais crítica e autônoma.

Eu sendo filha de agricultor de soja convencional, então eu tinha outra realidade de agricultura, não tão agroecológica. Mas o bom é que a Unijuí não me formou com receitas prontas, eles nos ensinaram a buscar a procurar e a construir a nossa carreira, o nosso currículo. [...] Trabalhando nesses dois locais, CAPA e CFR, tive a oportunidade de conhecer a tal agricultura alternativa. Até então, sendo filha de agricultor convencional, o CAPA trabalhava com pequenos agricultores, pequenas iniciativas, com muito trabalho voltado ao associativismo, cooperativismo e agricultura familiar e o não uso de produtos químicos. (Entrevista, Romi Ludekmann, 2019)

Já Valdir por trabalhar com horticultura e fruticultura na unidade dos pais sendo horticultor e fruticultor também no Paraná, toma contato com a agroecologia através da assistência técnica do município Marechal Cândido Rondon, participando de um seminário na década de 90 intitulado: Alternativas de produção: produzindo com o mínimo de veneno.

No início dos anos 1980 Valdir produzia hortaliças com agroquímicos e isto já o incomodava, uma vez que os mesmos se tornavam vertiginosamente mais fortes e com períodos de carências que ele compreendia como insuficientes. Essas questões o deixavam incomodado fazendo questionar sobre o uso dos agroquímicos em hortaliças.

Segundo Valdir, este foi o início da produção sem venenos, reduzindo na unidade de produção no Paraná, diminuindo também o custo da produção e evitando contaminações durante o trabalho com as hortaliças e frutas e aos consumidores por exposição aos agrotóxicos.

Acabei voltando para o sítio dos pais e trabalhando com olerícolas, eu sempre gostei de trabalhar com hortas e frutíferas. Já era produtor de hortaliças né, naquele município e hortaliça convencional e usava muito veneno, mas isso me incomodava, eu não gostava nem um pouco porque sentia a fortidão e pensava no ambiente e em quem consumia da feira. E aí foi no início dos anos 90 eu fiz um curso com um agrônomo da EMATER, na época ele falou sobre alternativas de produção sem o uso de pesticidas e comecei a ingressar aos poucos na agroecologia. (Entrevistas, Valdir Schneider, 2019)

4.3 TRAJETÓRIA DA UNIDADE PRODUÇÃO E AS DIFICULDADES EM RELAÇÃO A PRODUÇÃO DO ENTORNO

Nesta seção busca-se evidenciar que no princípio a produção não fora pensada para hortaliças e tão pouco no modelo de entrega de cestas a domicilio bem como sua relação da mudança de foco produtivo com modelo de cultivo do entorno.

A ideia original para a unidade de produção constituía-se no cultivo de frutas como citrus, pêssego, amora, goiaba, uva de mesa e uva de suco, e seu processamento em sucos e geleias. Porém, a utilização do agrotóxicos 2,4-D pelos produtores dos arredores penalizou severamente os pomares de frutas instalados na unidade, cerca de 800 pés de frutas perdidos pela pulverização.

Perdemos bastante em função da retomada do 2,4-D na vizinhança. Este ano vamos pagar, quitar uma parcela que no fim nem usamos, fomos penalizados pelo 2,4-D. Estas plantas não responderam mais, a única que se viabiliza é a citricultura. (Diário de Campo, Romi, entrevista, 2019)

No ano de 2005 decidem investir na unidade de produção em Cruz Alta.

Se tinha dinheiro ou para comprar a terra ou para investir na infraestrutura, alguns até diziam que o melhor espaço para produção de orgânicos seria o litoral porque região que ainda tem mata atlântica mas daí não se teria o dinheiro para infraestrutura (Diário de Campo, Romi, entrevista, 2019)

Haviam duas opções para escolha do local de produção: Cruz Alta (RS) ou Marechal Candido Rondon (PR), tanto um como outro são propriedades de familiares. A origem do meio rural, vivência com a agroecologia e alimentação saudável contribuiu para tornarem-se agricultores. Um dos fatores que também motivaram o casal, além da vontade de fazer agricultura de uma forma diferente, por princípios, foi frustrações relacionadas ao trabalho como técnicos no então CAPA.

Decididos a migrar para a agricultura como forma de obtenção de renda em 2005 iniciam-se os trabalhos na unidade de produção. Como exposto acima diante das duas opções de localidade, Cruz Alta torna-se a mais viável, embora houvesse ressalvas até mesmo pelos colegas de profissão.

No entanto, em Marechal Candido Rondon a grande maioria da população possui do como hábito a produção doméstica de alimento, portanto desfavorecendo o mercado de hortaliças e frutíferas.

Em Cruz Alta, mesmo com a produção orientada pelo uso intensivo de insumos e recursos naturais, também pela característica fundiária e a utilização da terra, priorizando a produção de soja, milho, trigo e pastagens para criação de bovinos de corte, o mercado para alimentos mostrou-se mais adequado para a futura produção do casal.

Pela primeira vez que o Valdir veio a Cruz Alta, ele me pede que levasse ele no super mercado, fomos no Nacional. Lá ele fez uma pesquisa perguntando ao gerente a origem das hortaliças que disse que as hortaliças não eram produzidas em Cruz Alta. Na época eu não entendi, mas o que ele enxergava é que pelo fato das hortaliças virem da CEASA de POA, havia um mercado para a produção hortaliças no município. Isso antes da decisão de vir a Cruz Alta (Entrevistas, Romi Ludkmann,2019)

A produção agroecológica, também foi motivo de receio identificados pelas pessoas próximas ao casal, cujo manejo não permite utilização dos agrotóxicos e outros insumos oriundos do modelo tecnológico da Revolução Verde. Não obstante, a região e suas características dos monocultivos extensivos e a base de insumos químicos também foram aspectos levantados como fatores negativos a produção de alimentos sem agroquímicos.

Decidimos vir e construir nossas vidas na agricultura e muitos familiares, amigos e conhecidos não aconselharam e desacreditavam que poderia dar certo principalmente pelo fato de se tratar de produção agroecológico e da região de alta produção de grãos. (Entrevista, Romi Ludkmann,2019)

Atualmente, o casal ecologista produz algumas espécies de frutíferas e tem como foco a produção de hortaliças para a composição das cestas a domicílio.

Como exposto acima, neste ano de 2019, foi efetuado o pagamento da última parcela do PRONAF referente ao sistema produtivo de frutas. No primeiro momento, como não havia grupos de agricultores ecológicos, inexistia, portanto, a possibilidade de realizar a certificação participativa, contrataram uma empresa certificadora, na época a ECOCERT em início de 2011 até 2012, ano em que se inicia a produção. De 2007 a 2011 a área ficou em pousio e desintoxicando.

4.4 BENEFICIAMENTO DOS PRODUTOS E PREPARAÇÃO DAS CESTAS

A rotina da agricultora ecologista nos dias que antecedem a entrega das cestas à domicílio (terças feiras e sextas feiras) inicia-se na Casa de Embalagem¹². O agricultor ecologista juntamente com dois contribuintes¹³ destina sua atividade a área de produção, enquanto ela, também com a ajuda eventual de outra contribuinte, ocupa-se da sistematização dos pedidos e montagem das cestas. Também realiza recepção das hortaliças, classificação, higienização e organização dos vegetais para a montagem das cestas. É sua responsabilidade a entrega a domicílio das mesmas.

A sistematização dos pedidos é realizada através do celular por mensagens enviados ao aparelho ou aplicativo Whatsapp. Os pedidos são realizados com 18h de antecedência aos dias de entrega, havendo este acordo com os consumidores. Na montagem das cestas a agricultora possuiu o poder de decisão diante da escolha dos produtos componentes das cestas.

A mesma conta com uma planilha organizada no excel, a qual, possuiu grau de complexidade, por exemplo, os meses do ano, os nomes dos consumidores, hortaliças e frutas ofertadas, com o objetivo de contabilizar os produtos.

Este processo de sistematização determina o trabalho de colheita e também a produção dos produtos comercializados. Isso confere o seguinte encadeamento dinâmico na unidade: chegada dos pedidos - sistematização dos pedidos – colheita – recepção - classificação - pesagem- higienização – beneficiamento – entrega das cestas: relação direta com consumidor) – novos pedidos e reinício do ciclo. Em anexos texto, segue imagens cujo objetivo é demonstrar o processo organizativo relacionado a preparação das cestas.

Após a montagem das cestas cada uma recebe comandas em que nela registra-se o valor da compra bem como o pedido do respectivo consumidor. O principal canal de comercialização

¹² Esta definição foi cunhada pela agricultura durante as vivências a campo.

¹³ Denominação atribuída pelo casal: um deles trabalha e reside na unidade com esposa e filho. No entanto, ela trabalha sob regime de diárias na atividade de preparação das cestas. O outro contribuinte trabalha sob regime de diárias e reside próximo a unidade de produção.

do casal são as cestas à domicílio, no entanto, outros canais de comercialização são realizados tais como: escolas do município através das chamadas públicas do PNAE e programa PAA, em um dos quarteis do município.

Atualmente o casal trabalha com 200 cadastros de consumidores, no entanto atende-se a demanda de 120 famílias, duas vezes na semana, terças e sextas feiras. Estas 120 famílias são atendidas nos dois dias. Alguns consumidores desse conjunto de 200 cadastrados alguns consumidores são sazonais, especialmente de vegetais cuja a procura é alta, a exemplo do morango.

O canal de comercialização das cestas a domicílio no decorrer de sua trajetória tomou características de uma rede, visto que, muitos e muitas consumidoras tem laços afetivos e por consequência foi-se estabelecendo uma relação de indicação das cestas entre os consumidores e consumidoras.

Os preços são determinados pelo casal considerando o custo de produção e também balizado ao preço estabelecido por mercados convencionais. No entanto, observa-se um valor maior aos preços de alguns produtos visto que são ecológicos e ocupam um nicho de consumidores específicos, dispostos a desembolsa o valor requerido devido a qualidade dos alimentos e comodidade do processo de entrega a domicílio.

O pagamento, no geral dos consumidores, é realizado ao final de mês sob forma de dinheiro, pode-se dizer que essa forma de pagamento corresponde ao que ocorre no âmbito comum da comercialização de varejo dos alimentos.

5 DISCUSSÃO

A experiência encontrada no município de Cruz Alta, explorada pela presente pesquisa constitui-se como referência em agroecologia e cultivo orgânico assim como canal curto de comercialização no formato de cestas, numa região notadamente produtoras de grãos para exportação e caracterizadas pelo modelo de cadeias longas de comercialização.

Nós conseguimos criar um ambiente, aconchegante, diferente. Jamais imaginaríamos que iríamos nos tornar referência em produção agroecológica na região. (Romi Ludkmann,2019)

A padronização da paisagem no município de Cruz Alta, como descrito por (CAMPOS, 2011), evidenciando o monocultivos de soja, permite atribuí-lo como um território do agronegócio. Niederle, Almeida e Vezzani (2013), afirmam que: a escolha pela agricultura industrial tem padronizado a cadeia alimentar e homogeneizado algumas paisagens rurais afetando os pequenos produtores, os quais não conseguem competir e atender a produção em larga escala.

Os agrotóxicos são um limitante à produção de alimentos ecológicos enfrentados pelo casal desde o princípio, uma vez que o 2,4-D penalizou os pomares instalados no início do processo produtivo.

A problemática exposta acima, acarretou na perda dos pomares, o que configurou no decorrer da experiência, as cestas de produtos orgânicos a domicilio, como forma de comercialização, ou seja, a estratégia sócia produtiva do casal consiste na entrega a domicilio de cestas com produção diversificada e agroecológica.

Outro elemento associado ao agrotóxico utilizado nas propriedades ao entorno, está relacionado a certificação, uma vez que esta mesma empresa Ecocert promove auditorias ou fiscalizações anuais para acompanhar se há de fato a produção orgânica acontecendo. Assim, a deriva pode comprometer a certificação via selo do casal, considerando que esta certificação tem custo elevado.

A produção ecológica com adoção de inúmeras técnicas agroecológicas pode ser encarada como parte da estratégia produtiva visto que o produto sem agrotóxicos tem maior aceitação para os consumidores das cestas, pois, o fato de não conter agrotóxicos e ter qualidade, determina a decisão para o consumo direto e fidedigno dos consumidores do casal.

A mesma também garante a aceitação aos preços estipulados pelo casal, pois, os consumidores estão empenhados a efetivar o valor atribuído aos produtos.

As cestas ecológicas com entrega a domicílio são a expressão mais evidente da estratégia sócio produtiva do casal pois a entrega a domicílio promove comodidade a quem compra. Também se adequa a realidade da vida urbana e agitada dos consumidores com o pagamento mensal.

Como afirma Balem & *et al.* (2019) a comodidade de receber em casa e a busca por alimentos de qualidade sem o uso de agrotóxicos são questões centrais na experiência de cestas com produtos ecológicas a domicílio, tanto para o caso do estudo em questão como na experiência em Santa Maria (RS).

Nós foi por acaso, mas a praticidade de receber em casa pagar uma vez por mês, você tem que se adequar a realidade das suas vendas vida moderna da cidade. (Romi Ludkmann,2019)

Apesar da crescente oferta de produtos alternativos, ainda que este não seja o cenário de Cruz Alta, considerando a indisponibilidade de tempo dos consumidores, cujo cotidiano exaustivo reduz as possibilidades dos mesmos em realizar suas compras em feiras ou varejos próximos com ofertas de produtos orgânicos e alternativos. Observando a indisponibilidade de tempo dos consumidores e na ideia de fortalecer a relação entre produtor e consumidor, surgem os sistemas de produtos de entrega a domicílio, ativando uma estratégia de mercado de circuito curto.

Como demonstra Darold (2013), as cestas com entrega a domicílio estão enquadradas na tipologia dos circuitos curtos de comercialização, pois não possuem intermediários e estão assentadas na ligação direta entre consumidores e agricultores, diferentemente, do que acontece nas cadeias longas, ocorrendo o afastamento entre consumidores e agricultores.

Darold (2013) também determina características comuns do processo de circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos. No presente estudo as características são:

- maior autonomia do casal
- mecanismos horizontais e participativo de confiança e credibilidade (neste caso, não há participação dos consumidores no processo produtivo)
- mão de obra familiar com diferentes competências (produção, transformação e comercialização)

- maior diversidade do sistema produtivo e planejamento de produção e organização do trabalho complexo

No estudo conduzido por Balem & *et al.* (2019) no município de Santa Maria (RS), assim como o de Cruz Alta, as cestas agroecológicas se configuram na estratégia de mercado de circuito curto de venda de produto orgânico através de cestas a domicílio, uma forma reativamente nova na cidade, mas originada nas mais antigas formas de comercialização da agricultura de base familiar, a comercialização direta.

Para ambos, Romi e Valdir, a dificuldade maior não está em produzir. Isto não está relacionado somente a origem rural do casal, ligado ao conhecimento empírico e tradicional dos agricultores, mas também a sua formação técnica.

A experiência de trabalho com agroecologia também determina a maior facilidade e diferencia o casal das demais experiências de produção de alimentos, que no geral, adotam sistemas de produção convencionais.

Observa-se que neste caso, a organização da produção (técnicas agrícolas, volume e tipo de produção, organização do trabalho) se adapta para responder às demandas dos consumidores. Essa característica, é observada nos canais curtos de comercialização.

Outro aspecto relevante para a realização da produção é a organização desde os primórdios da ideia de unidade ecológica, tanto para implantação das estruturas físicas de produção como também o Pensar e o olhar holístico e sistêmico a partir da ecologia.

Fica claro a organização dos processos produtivos, do trabalho e da comercialização. O dimensionamento e desenho da unidade, contendo reservatório de água responsável pela irrigação da produção, a utilização de plantas com importância ecológica, flores e frutos, atraindo espécies de inimigos naturais predadores de insetos indesejáveis a produção.

A arborização e cobertura de solo demonstram a importância do sistema solo para a produção, visto que, os mesmos estão sempre em rotação ou sucessão com coberturas de plantas vivas ou mortas, além do uso da ciência microbiologia como fonte de vida e fertilidade ao sistema solo.

A casa de embalagem é um destaque, pois é o espaço que permite as cestas existirem, ou seja o coração das cestas, já que nela se inicia o processo de confecção das cestas para entrega. A organização interna da estrutura da casa acompanhando os processos de preparação das cestas, merece destaque, aspecto organizacional e operativo nem sempre observado na produção de alimentos.

No entanto, Darol (2013) destaca que nos canais curtos de comercialização a mão de obra familiar possuiu diferentes competências (produção, transformação e comercialização), além de possuir o planejamento de produção e organização do trabalho complexo.

As cestas do casal possibilitam planejar a produção bem como planejar investimentos pela forma de pagamento mensal. Além do que, o casal comercializa toda sua produção pois a mesma está ajustada a compra garantida dos consumidores nas terças e segundas-feiras.

Neste sentido, corroborando com Mundler et al. (2007) nota-se que a lógica de funcionamento em circuitos curtos vai refletir sobre a organização da unidade. Há um ajuste entre demanda e oferta o qual pode ser gerenciado pelos agricultores em circuitos curtos, quando comparado com um circuito longo.

Comércio não é problema, a comercialização é o problema. Se não tiver estratégia de comercialização e levar até o consumidor o produtor de hortaliças está correndo risco, até porque os mercados de varejo não praticam preços justos (Entrevista, Valdir Schneider, 2019).

A fala acima manifesta e reforça a importância das cestas a domicilio como alternativa autônoma ao mercado de alimentos do tipo varejo, o qual, de fato, pratica preços injustos tanto aos consumidores como para quem produz, diante dos altos preços dos insumos e transferência de renda aos atravessadores.

O preço pago pelos consumidores estipulado pelo casal, para o público, é aceitável visto que, os mesmos estão dispostos a pagar pelos produtos que possuem determinadas qualidade, como o sabor, aroma e cor, diferente do alimento convencional. Essa noção de valoração pela qualidade dos produtos também se observa no caso de Santa Maria (RS) estudado por (Balem, & et al 2019) pois se reconhece que estão pagando por um produto não convencional.

Os circuitos curtos permitem maior autonomia do agricultor, contato direto com o consumidor, transações financeiras sem intermediários, remunerações mais justas e menor risco de perdas na comercialização. (DAROL e et al., 2016, p.14)

Alguns consumidores deixam a cargo da agricultora a montagem das cestas, desde que a mesma contenha diversificação, isso demonstra a relação de confiança entre os consumidores e a agricultora. Essa forma de CC's de comercialização estimula e permite confiabilidade.

Alguns consumidores desse conjunto de 200 cadastrados são sazonais. O bacana é que vai se formando uma rede, uma teia, o pessoal liga e se identifica sempre como conhecido de alguém. Todos são indicados por alguém. Isso é positivo. Mas também há problemas, por exemplo, quando a produção é baixa não tem para todos os produtos (Entrevista Romi Ludkmann, 2019).

Da mesma forma que esta rede de conhecidos constituída pelos consumidores garante o canal de comercialização ao casal, fortalecendo a estratégias das cestas, também pode enfraquecer a rede, já que em época de baixa produção os produtos podem não atender ao somatório dos consumidores, pela proximidade de alguns acaba-se comparando os produtos das cestas, dificultando a escolha de quais produto e para quem entregar.

Tem aquelas que iniciaram desde o princípio, as que tem bebê em casa, as vovós e todos precisam de alguma forma ou outra. Assim quando não tem para todos, como eles se conhecem fica ruim de priorizar alguns e estabelecer para quem entregar. (entrevista Romi Ludkmann,2019)

Todavia, mesmo com a preocupação dos consumidores em adquirir alimentos de qualidade, livre dos agrotóxicos, um dos limites é a dificuldade em compreender a sazonalidades dos produtos, pois na conformação do mercado de varejo, durante o ano há uma gama maior de produtos ofertados, pois o alimento advém de diferentes partes do estado e regiões do País.

Isso é um trabalho de conscientização das famílias, e que leva tempo das famílias entendam quando é a época das plantas, quando é época de cenoura, beterraba, brócolis, entender que o que vem do mercado vem de longe e é precário em saúde. O que vem para Cruz Alta são os restos da CEASA porque o que é bom fica na metropolitana e Capital. (entrevista Romi Ludkmann,2019)

Mesmo que para Romi aconteça uma conformação de redes pela proximidade dos consumidores e indicação para participação do conjunto de consumidores, o processo de consumo é individualizado, pois as cestas são entregues em casa, o que não promove o contato entre os consumidores no momento a aquisição das cestas, como acontece nas feiras e grupos de consumo de cestas.

Entre os consumidores das cestas não acontece debates acerca da produção ecológica e comercialização do tipo cestas a domicilio, ou seja, não há uma reflexão em torno do papel dos consumidores neste canal, principalmente porque ele garante a manutenção do casal como produtores de alimentos no município. Dessa forma os consumidores estão individualizados no processo e não como grupo de consumo.

Porém, em outras experiências, como no Brasil e na França, tem aumentado vertiginosamente a participação direta dos consumidores nos processos de produção e de comercialização. Em alguns casos observa-se cooperativas de consumo, grupos de consumo em que a auto gestão entre produtores e consumidores é um ponto forte nesses processos.

Darold (2013) coloca que na França, e em fase de crescimento no Brasil emergem as as cestas diversificadas (por meio de cooperativas de consumidores e grupos de compras coletivas), para grupos organizados de consumidores.

Por outro lado, no Brasil, as cestas individuais vêm ganhando simpatia do consumidor pela praticidade e preços menores quando comparado aos supermercados, mas ainda há pouca organização e engajamento social do consumidor brasileiro no processo. (DAROLD, 2013)

Outro fator verificado, também destacado pelo casal como limitante ao processo das cestas se dá na incapacidade de atender a demanda em espera, visto que são 120 residências atendidas em dois dias da semana, no entanto, o número de cadastrado são 200, devido à falta de mão de obra. Isso implica custear mais mão de obra. “Inclusive nos temos pessoas na fila de espera para ser nossos consumidores”. (Entrevista, Romi Ludkmann, 2019)

Por fim, considerando a importância da experiência do casal, referência em agroecologia e produção orgânica, organizando um sistema de canal curto de comercialização, experiência única no município, fica a preocupação da sucessão familiar pois o casal não possuiu filhos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das dificuldades da produção, distribuição e acesso de alimentos pela padronização do uso da terra e controle dos mercados, a pesquisa teve como objetivo identificar as estratégias sócio produtivas da produção ecológica de alimentos no contexto de domínio do agronegócio.

Verificou-se que a construção do casal agro ecologista em torno da estratégia de mercado de circuito curto se dá através das cestas de produtos ecológicos entregue a domicílio no município de Cruz Alta. Como no caso do presente estudo, as cestas a domicílio, estão cada vez mais evidentes na estratégia de comercialização dos canais curtos. Isso se dá devido a praticidade aos consumidores, qualidade dos produtos e diversidade de alimentos, visto que em alguns casos os preços são mais acessíveis ao consumidor.

Essa relação de diversidade e qualidade dos alimentos pode alterar hábitos alimentares e, portanto, de consumo, o que possibilita para a transição a sistemas agroalimentares e sistemas produtivos mais territorializados, locais e diversificados. Por isso são tão importantes a conexão e a reaproximação entre produtores e consumidores.

Nesta perspectiva valoriza-se a agricultura de base familiar e camponesa, sistemas produtivos sustentáveis (agroecológicos, orgânicos), a construção social de mercados locais os quais sejam protagonizados pelos agricultores de base familiar e a ressignificação da produção de alimentos por parte principalmente dos consumidores já conscientes e em busca de novos consumidores conscientes.

Os mercados locais, canais curtos de comercialização, reforçam a autonomia, participação de consumidores e produtores na gestão dos modos de produção e consumo. Embora, a participação coletiva não ocorra em Cruz Alta, pode-se sugerir ao acesso aos consumidores a espaços de diálogo sobre alimentação, produção ecológica e agricultura de base familiar.

Estes espaços de troca de saberes, experiências, de reflexão do processo do casal com os consumidores, fomentaria ainda mais o contato entre produtor e consumidor e, além disso, assegurar a relação de confiança. Poderia ser organizado visitas dos consumidores a unidade, tendo maior conhecimento da forma de produção, organização das cestas e o histórico dos alimentos antes de chegar até a mesa de suas casas.

Como sugestão a experiência, cabe também, um aplicativo ou site em que produtor pudesse disponibilizar os produtos para a venda semanalmente, gerando um pedido automático

para os produtores reduzindo o tempo destinado a sistematização dos pedidos, deixando mais tempo livre para dedicar a outros aspectos da produção e comercialização.

Outro ponto identificado foi a baixa produção de alimentos no município, assim como a dificuldade de obter informações a respeito de: quantos são os agricultores dedicados a esta atividade e qual a origem dos alimentos disponibilizados no mercado de varejo de alimentos do município. Estes aspectos se relacionam com a predominância do modelo de produção e comercialização vigente em Cruz Alta, o agronegócio e as cadeias longas de distribuições dos produtos agrícolas.

Conclui-se que o processo de venda a partir do mercado de circuito com entrega de cestas apresenta beneficia tanto o casal quanto aos consumidores. O consumidor, atualmente pode receber seus alimentos em casa. E o agricultor que pode organizar sua produção de acordo com a demanda da clientela fixa, bem como ajustar, ou seja, determinar melhor seus processos produção e de comercialização.

Os mercados locais e a comercialização de canais de curtos desenvolvidos através da produção agroecológica podem ser o elo de religação entre consumidores e agricultores como uma forma de impulsionar o desenvolvimento rural local aumentando a oferta de alimentos livres de agrotóxicos, geração de empregos, contribuindo para a saúde e fixação destes produtores no campo.

APÊNDICES

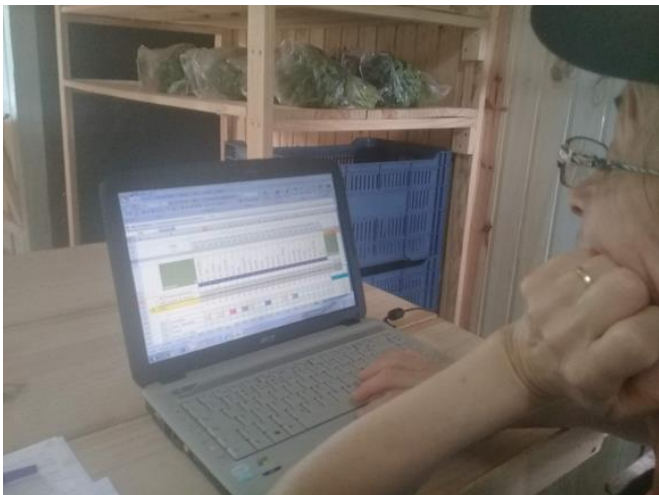
Entrevista Semi Estruturada da Pesquisa: ESTRATÉGIAS SOCIOPRODUTIVAS DA FAMÍLIA ECOLOGISTA LUDKMANN E SHCNEIDER EM MEIO A UM TERRITÓRIO DE DOMÍNIO DO AGRONEGÓCIO, UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA – RS.

1. Nome, idade e sexo
2. Naturalidade
3. Há quanto tempo reside em Cruz Alta
4. Porque veio a Cruz Alta
5. Escolaridade / Profissão
6. Localidade/ Comunidade
7. Prática outra atividade responsável pela renda além da Agricultura
8. A partir de quando e como a agricultura passou a fazer parte da sua história?
9. Porque resolveram investir na UPC
10. Como chegaram até a agroecologia
11. Como vocês definem agroecologia segunda a realidade vivida da família
12. Quais as vantagens e desvantagens da Agroecologia
13. Já se produziu convencional na UPC
14. O que se produz. O que se comercializa
15. Há produção para autoconsumo
16. Quais são as principais técnicas e conhecimentos Agroecológicos para a produção agrícola da UPC
17. Quais as estratégias e as principais práticas agroecológicas na UPC em relação á:
Solo, água, sementes, adubos, controle de insetos e doenças indesejadas
18. A UPC é certificada. Por quem e como?
19. Há assistência técnica pública e privada? Está de acordo com a produção Agroecológica
20. Participam de algum grupo, entidade, organização social? Quais e porque?
21. Quais são os mercados, as vias de comercialização, da UPC
22. Na visão da família, quem consome e porque consome
23. Quantos residem na UPC
24. Quantos trabalham na UPC

25. Existe trabalho assalariado
 26. Quais são as formas de organização do trabalho na UPC
 27. Como a família/ indivíduo, define o município de Cruz Alta na produção de alimentos e agrícola?
 28. Desafios e limites da produção/venda Agroecológica no município de Cruz Alta
- Problemática com o modelo de produção agrícola no entorno
 - Perspectiva da família em relação a política pública / ação do governo municipal para área rural em relação a agroecologia

Dinâmica de organização de trabalho da preparação das cestas

1. Sistematização dos Pedidos



2. Recepção dos Produtos



3. Classificação



4. Higienização



5. Pesagem



6. Selamento das Embalagens



7. Hortaliças beneficiadas prontas para cestas



Hortalças beneficiadas prontas para cestas



8. Produtos de compõem uma cesta



9. Cestas prontas para entrega



ANEXOS



Xyrie
Alimentos Orgânicos

(55) 9604 8159

13/09/2019

Nome:

Alf. Americana		und.	R\$	3,00
Alf. Lisa		und.	R\$	3,00
Alf. Crespa		und.	R\$	3,00
Alf. Roxa		und.	R\$	3,00
Alf. Mimosa		und.	R\$	3,00
Rucula		und.	R\$	5,00
Salsa		und.	R\$	3,00
Espinafre		und.	R\$	5,00
Hortelã		und.	R\$	2,00
Couve		und.	R\$	3,00
Couv. flor		und.	R\$	5,00
Brócolis		und.	R\$	5,00
Repolho		und.	R\$	5,00
Bróc. Cabeça		und.	R\$	5,00
Cenoura		400gr	R\$	4,00
Beterraba		400gr	R\$	4,00
Rabanete		300gr	R\$	3,00
Tom. Cer.		300gr	R\$	6,00
Laranja		Kg		5,00
Total			R\$	

REFERÊNCIAS

- ALÉSSIO, A. **As Relações entre os grupos rurais de Cruz Alta - RS, Num processo de modernização da estrutura produtiva**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Avançados em Educação - Fundação Getúlio Vargas, 1981. 187 p.
- ALMEIDA, J. **A Modernização da Agricultura**. Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- AMEMIYA, H. **le renouveau de la vente directe de produits**. [S.l.]: Presses universitaires de Rennes, 2011. 354 p.
- BALEM, T. A. et al. Compra de produtos agroecológicas: a entrega de cestas como prática de mercado circuito curto. **Horizonte das Ciências Rurais** 2, v. 2, p. 330, 2019.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.
- BRUM, A. **Modernização da Agricultura Trigo e Soja**. Petropolis: Vozes, 1988. 200 p.
- CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio**. Buenos Aires: CLACSO, 2011.
- CAMPOS, C. S. S. **A Face Feminina da Pobreza em Meio a Riqueza do Agronegócio - Trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil - o caso de Cruz Alta/RS**. Porto Alegre: Ufrgs, 2012. 200 p.
- CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M. **Dossiê ABRASCO - Um Alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. ABRASCO; EPSJV. SÃO PAULO/ RIO DE JANEIRO, p. 624. 2015.
- CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. **Les Cahiers de l'Observatoire CROC**, 2007. Disponível em: <http://pm22100.net/docs/pdf/04_CC_VD/130128_Cahier_de_l_Obs1-INTERNET.pdf>. Acesso em: 03 Novembro 2019.
- DAROL, M. R. et al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção-consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 19, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422ASOC121132V1922016>>. Acesso em: 01 Novembro 2019.
- DAROLT, M. R. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. D.;

VEZZANI, F. M. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Porto Alegre: KAIRÓS, 2013. p. 139-171.

FRONCHETI, A. **DIAGNÓSTICO DA VARIAÇÃO PRODUTIVA E DEMOGRÁFICA DO ASSENTAMENTO SEIVAL – 1989 A 2014**. CRUZ ALTA. 2014.

MUNDLER, P. Petites exploitations diversifiées en circuits courts. Soutenabilité sociale et économique. **Soutenabilité sociale et économique**, p. 34, 2008.

SCHNEIDER, S. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: DER, J. D. V. **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. 1º. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016. p. 21 – 50.

ZAMBERLAN, J.; BAIOCCHI, M.; FLORÃO, S. R. **Cruz Alta: as perspectivas do desenvolvimento - um estudo socioeconômico prospectivo**. Cruz Alta: Aprocruz - Associação de Professores de Cruz Alta, 1989.

ZARTH, P. A. **Historia Agrária Do Planalto Gaúcho 1850-1920**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997. 207 p.